



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

MARILIA GABRIELA RIBEIRO

**RAÇA, GÊNERO, CLASSE SOCIAL:
IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS NO PROGRAMA
MULHERES MIL NO IFBA**

Salvador
2014

MARILIA GABRIELA RIBEIRO

**RAÇA, GÊNERO, CLASSE SOCIAL:
IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS NO PROGRAMA
MULHERES MIL NO IFBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo David de Oliveira.

Salvador
2014

MARILIA GABRIELA RIBEIRO

**RAÇA, GÊNERO, CLASSE SOCIAL:
IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS NO PROGRAMA
MULHERES MIL NO IFBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia, Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

Salvador 7 de fevereiro de 2014.

Ana Claudia Rozzo Sandoval _____
Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela Universidad de Salamanca

Eduardo David de Oliveira - Orientador _____
Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará
Universidade Federal da Bahia.

Rosangela Costa Araújo _____
Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo
Universidade Federal da Bahia.

AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer, em especial...

A Deus, pois me concebeu a vida, e está comigo em todos os momentos e a todos os bons Espíritos de Luz que me abençoam.

A minha mãe Maria da Glória Ribeiro quem me colocou neste mundo e a minha tia Marlene Ribeiro, quem muito me apoia.

Aos meus avós Gilda Ribeiro e José Augusto Santana (*in memoriam*), que tanto cuidaram de mim.

A Georgina Santana e Luciano Guerreiro, por tudo que fazem para o meu bem.

A Caio Barreto, pelo companheirismo, apoio, amor e incentivo em todos os momentos.

A Diana Pipolo, Regina Lovatti e Paula Costa, pessoas fundamentais para a construção desse trabalho.

Ao meu orientador Eduardo Oliveira, grande sábio, pois muito me orientou e me acalmou com as suas palavras de carinho.

A minha madrinha Sarita Rodrigues que tanto torce para a minha vitória.

A minha grande amiga Jamile Ludmila dos Santos, sem a amizade dela, provavelmente hoje eu não estaria concluindo uma graduação.

A todos os docentes que contribuíram para o meu processo formativo na universidade.

A Marizete Cerqueira, pelos conselhos e incentivos.

A todas as minhas amigas e colegas de faculdade, em especial a Rosana dos Santos, pois muito me escutou nos momentos mais difíceis.

Ao professor André Teixeira, pois muito me incentivou.

A todos, e todas, colegas de trabalho que muito me ajudam.

Aos docentes do Programa Mulheres Mil, ano 2013, que contribuíram com a minha pesquisa.

Muito obrigada por terem contribuído para o meu crescimento humano e profissional.

Não importa em que sociedade estejamos, em que mundo nos encontremos, não é possível formar engenheiros ou pedreiros, físicos ou enfermeiras, dentistas ou torneiros, educadores ou mecânicos, agricultores ou filósofos, pecuaristas ou biólogos sem uma compreensão de nós mesmos enquanto seres históricos, políticos, sociais e culturais, sem uma compreensão de como a sociedade funciona.

Paulo Freire (2011, p. 186)

RESUMO

Ousar é o termo que marca o trabalho que deu origem a esta monografia e trata, especificamente, do Programa Mulheres Mil-IFBA-2013, onde o corpo docente encontra-se em situação de vulnerabilidade social, com ênfase em seus pertencimentos étnicorracial, de gênero e de classe social. Nele, a autora comunga com essas mulheres as identidades, os problemas e a busca de soluções. Pesquisou-se sobre como a prática dos (as) professores (as) voluntários (as) no Programa produzem, ou não, implicações pedagógicas com recorte de gênero, raça e classe social, bem como de geração, habitação geográfica e drogadição. Para a realização da pesquisa foi utilizada a categoria pesquisa qualitativa, através da técnica de entrevista e análise documental. Foram entrevistados seis professores (as). De acordo com o resultado da pesquisa, levando-se em conta as entrevistas com os docentes e a consulta à literatura especializada, as práticas pedagógicas exercidas não se detêm de maneira qualificada, isto é, com abordagem específica, para às questões de gênero e raça e, com isso, não favorecem uma educação emancipatória, anti-sexista e anti-racista.

Palavras-chave: Gênero. Raça. Classe Social. Prática pedagógica. Programa Mulheres Mil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Escolaridade das alunas do curso de Recepcionista.....	16
Quadro 2	Escolaridade das alunas do curso de Camareira.....	16
Quadro 3	Cursos oferecidos.....	20
Quadro 4	Naturalidade das alunas do curso de Recepcionista.....	25
Quadro 5	Naturalidade das alunas do curso de Camareira.....	25
Quadro 6	Estado civil das alunas do curso de Recepcionista.....	26
Quadro 7	Estado civil das alunas do curso de Camareira.....	26
Quadro 8	Matriz curricular do curso de Recepcionista.....	29
Quadro 9	Matriz curricular do curso de Camareira.....	30
Tabela 1	Estimativa da População Economicamente Ativa, da População Ocupada e Desempregada e Taxas de Participação e Desemprego, segundo o sexo. Região Metropolitana de Salvador (RMS) 2011 e 2012.....	46
Quadro 10	Cor da pele das alunas do curso de Camareira.....	47
Quadro 11	Cor da pele das alunas do curso de Recepcionista.....	48
Figura 1	Moradias da comunidade Vila Dois de Julho- Salvador, Bahia.....	56
Figura 2	Vielas da comunidades Vila Dois de Julho- Salvador, Bahia.....	56
Figura 3	Ausência de Capeamento asfáltico na Vila Dois de Julho Salvador, Bahia.....	57
Figura 4	Roupas no varal, comunidade Vila Dois de Julho - Salvador, Bahia.....	57
Figura 5	Construções inacabadas, Vila dois de Julho - Salvador, Bahia.....	58
Figura 6	Descaso público, Vila dois de Julho - Salvador, Bahia.....	58

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	08
2	CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA E PERFIL DAS ALUNAS.....	14
3	METODOLOGIA.....	31
4	EMBASAMENTO TEÓRICO.....	43
4.1	GÊNERO.....	43
4.1.1	Subemprego.....	44
4.2	ETNIA.....	47
4.3	CONTEXTO GEOGRÁFICO.....	51
4.4	CLASSE SOCIAL.....	59
4.5	FORMAÇÃO ESCOLAR.....	60
4.6	GERAÇÃO.....	62
4.7	DROGADIÇÃO.....	64
4.8	PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	67
5	RESULTADOS DA PESQUISA.....	73
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
7	REFERÊNCIAS	84
	APÊNDICES.....	89
	APÊNDICE A - Termo de Consentimento	90
	APÊNDICE B - Roteiro de entrevista.....	91
	ANEXO A - Ficha cadastral do IFBA.....	93

1 INTRODUÇÃO

Com a intenção de caracterizar a pesquisa realizada e fazer uma justificativa da escolha do seu objeto de estudo, nesta introdução é apresentada uma breve história de vida da investigadora.

Estudante do curso de Pedagogia, advinda de uma comunidade carente do bairro de Brotas, tem uma constituição familiar bastante diferente do modelo eurocêntrico, totalmente patriarcal, na qual todas as mulheres sempre trabalharam em atividades domésticas. O referencial de família é totalmente materno. A avó, que não foi alfabetizada, teve seis filhos, dentre eles um homem e cinco mulheres, e os criou com a mínima ajuda de esposo.

Todos os filhos da matriarca foram para a escola, no entanto, a mãe, também não foi alfabetizada, enquanto duas tias concluíram o segundo grau. Os outros três filhos tiveram que interromper os estudos ainda no ensino fundamental II.

Quando ainda viva, a avó relatava que as filhas dela não quiseram estudar e optaram por namorar. Entretanto, mesmo criança, a investigadora conseguiu perceber as razões que fizeram com que os membros da família interrompessem os estudos prematuramente, ou seja, a busca por trabalho, pois precisavam trabalhar para dispor das condições mínimas de sobrevivência.

Nos documentos de identificação não consta o sobrenome paterno e este fato acarretou diversas situações de desconforto, especialmente na fase de criança, quando sofreu com essa ausência, principalmente nas conversas entre os colegas. Já na fase da adolescência, o sofrimento advinha das perguntas que as pessoas formulavam, do tipo: E o seu pai, não te registrou? Hoje, existe a percepção de que essa ausência não traz mais nenhum transtorno.

Enquanto isso, a mãe, que assina o próprio nome com dificuldade e trabalha como diarista sem, jamais, ter a sua carteira de trabalho assinada, evita revelar a identidade paterna.

Em termos de sua etnia, desde que tomou consciência da sua condição, a investigadora se declara pertencer à raça negra. Enquanto isso, membros da sua família, apesar de ser predominantemente negra e de ter os traços fenóticos intensamente pretos, se expressam através de falas com traços de conotação racista, como: “Se comporte no aniversário, viu meu filho, você já é preto, não pode

dar motivo para as pessoas falarem”. Ou ainda: “Se comporte viu, porque preto quando não ‘caga’ na entrada, ‘caga’ na saída”. Com isso, é possível perceber que não têm consciência de raça, podendo-se atribuir à ausência de estudos e ao forte preconceito imposto pela sociedade, a responsabilidade por esse processo de não aceitação racial.

O sofrimento com o preconceito racial, pelo qual passou a investigadora quando criança, parece ter sido atenuado pelo fato de possuir os cabelos cacheados e finos. As pessoas a chamavam de “cabo verde” e, sem o devido entendimento do significado da expressão “cabo verde”, terminava por associá-la ao tipo de cabelo.

Na fase da adolescência também não teve maiores problemas, e o sentimento de discriminada racialmente adquiria contornos mais nítidos quando ocorria entrar numa loja e, na maioria das vezes, não comprar nada. Provavelmente, o modo de olhar das pessoas traduzia, além da discriminação racial, a discriminação de classe.

A trajetória escolar foi totalmente construída na escola pública, onde sofreu muita discriminação econômica, mesmo sendo escola pública e, aparentemente, todos ali pertencerem à mesma classe social. Não dispunha de condições para levar merenda e, tampouco, possuía roupa da moda ou, como se diz atualmente, de marca. Como outras crianças, foi vítima dos piolhos na cabeça, a farda escolar era usada, e isso atesta as dificuldades financeiras na fase da infância.

Apesar de não contar com alguém que lhe auxiliasse nas tarefas e atividades escolares, a escola sempre foi assumida como algo importante para a construção do futuro. Residindo com a mãe, tias, avó e tio, a investigadora teve uma constituição familiar predominantemente feminina. As exigências feitas pela família para que frequentasse a escola, se deparavam com o obstáculo de não possuírem instrução para ensinar os exercícios escolares. Quando criança não aceitava a sua constituição familiar, e somente passou a compreendê-la melhor, após ingressar na universidade e cursar as disciplinas pertinentes aos estudos de gênero e família.

No segundo ano do ensino médio tomou maior consciência da importância de estudar e então, numa autorreflexão, concluiu que não desejava ter o mesmo tipo de experiência de vida que a sua própria mãe tinha, refutando as supostas possibilidades de se tornar empregada doméstica. Na sua autorreflexão, a investigadora teve o cuidado de descartar qualquer discriminação que porventura

pudesse ser associada com a profissão de empregada doméstica, ou qualquer outra. Por conviver próximo à realidade de algumas mulheres que trabalham neste ramo, defende que esta é uma profissão que precisa ser mais valorizada. A partir desse momento começou, de fato, a estudar. Ao concluir o terceiro ano teve o apoio de uma amiga para fazer o vestibular para a Universidade Federal da Bahia (UFBA). A tentativa de passar no vestibular para Comunicação em Produção Cultural, não concretizada, levou a investigadora a se inscrever no então CEFET-BA para o curso técnico de Meios de Hospedagem por ser da área de Turismo e, portanto, do seu interesse. Inicia-se, assim, a relação com o IFBA, após ser aprovada neste vestibular.

O curso de Meios de Hospedagem tem duração de dezoito meses. No primeiro semestre de 2008 iniciou a turma e logo no segundo semestre do mesmo ano, foi aceita para ser bolsista do Programa de Auxílio ao Estudante (PAE) que fornece auxílio financeiro para estudantes em situação de vulnerabilidade social, ou seja, de baixa renda, assim foi contemplada para ser bolsista na coordenação do curso de Turismo, a qual é responsável por todos os cursos do IFBA no *campus* de Salvador, pertencentes à área de Turismo.

As atividades se dividiam em turnos, trabalho no turno da manhã e estudos e aulas no turno da tarde, recebendo cerca de meio salário mínimo por mês. No final de 2008 foi convidada pela auxiliar de coordenação e começou a estagiar nesta mesma coordenação. No estágio, o trabalho exigia cinco horas a mais que como bolsista, sendo melhor remunerada. O IFBA possuía estagiários contratados e, assim, o estágio durou todo o ano de 2009. Com o término do curso, em setembro do mesmo ano, o estágio prosseguiu até o mês de dezembro.

Foi durante esse período na coordenação de Turismo e no curso de Meios de Hospedagem que a investigadora conheceu as professoras Paula Costa e Regina Lovatti. A primeira, atualmente coordenadora regional do Programa Mulheres Mil no Estado da Bahia e a segunda desde sempre coordenadora do Programa Mulheres Mil no IFBA no *campus* de Salvador.

Terminado o estágio em dezembro de 2009, em fevereiro de 2010 conseguiu ser aprovada no vestibular da UFBA para o curso de Pedagogia, opção feita devido à influência que teve na coordenação de Turismo, principalmente da auxiliar de coordenação que é especialista na área de Educação.

Conseguida a aprovação no vestibular, voltou a estagiar no IFBA, mais precisamente no laboratório de Informática do curso superior em Administração, ali permanecendo dois meses e, em seguida, foi remanejada para o ainda projeto Mulheres Mil. A remuneração desse estágio vinha do orçamento do IFBA já que o programa não dispunha de recursos financeiros para remunerar profissional ou estagiário.

No estágio desenvolveu múltiplas atividades, como dialogar com as alunas, orientá-las, fazer planilhas de bolsas, organizar horários de professores, contatar professores, dentre outras. Ele durou dois anos, tempo máximo para estágio na instituição.

Naquela ocasião conviveu com as mulheres do programa que cursaram nos anos de 2010 e 2011. Já nos anos de 2012 e 2013 não houve um convívio frequente, mantendo, apenas, contatos. Foi assim que percebeu quão significativo era para elas estarem em uma instituição de ensino, e o quanto era importante ter voltado a estudar.

Nas conversas percebia o sentimento de valorização, pois as pessoas que trabalham no programa se dispõem a ouvi-las e lhes dão atenção. Com isso, a autoestima daquelas alunas se tornava visivelmente elevada a partir da interação com o ambiente promovido pelo Programa Mulheres Mil.

Foi possível observar diversos aspectos que, supostamente, levavam à exclusão e ao alijamento que elas sofriam. Destacou-se a exclusão por serem mulheres, por serem negras, por estarem em situação de vulnerabilidade social, algumas por estarem chegando à terceira idade, por terem muitos filhos, por morar em bairros distantes do centro de Salvador, bairros que sofrem com problemas sociais como consumo de drogas, falta de saneamento básico, falta de recapeamento asfáltico, muitas ainda afirmavam ser vítimas da violência doméstica.

Refletindo sobre o contexto de problemas sociais a partir dos relatos das alunas, repleto de dificuldades e exclusões que adentravam a sala de aula, foi compensador e inquietante compreender quais as implicações pedagógicas dos docentes do programa, os quais ministravam aulas de modo voluntário nos cursos de Camareira e Recepcionista do Programa Mulheres Mil, no ano de 2013.

Daquelas inquietações, surgiu o interesse da investigadora em analisar as implicações da prática docente voluntária diante do quadro de alunas do Programa

Mulheres Mil, ano 2013, marcado por fortes contradições sociais no tocante ao gênero, raça, faixa etária, escolaridade e classe social.

Com a delimitação do objeto de estudo, foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

- a) Caracterizar a experiência da atuação docente diante das questões sociais de gênero, raça, faixa etária, escolaridade e classe;
- b) Identificar as metodologias e práticas de ensino desenvolvidas pelos docentes, diante do contexto social das alunas;
- c) Identificar as dificuldades encontradas pelo professor durante o processo de ensino.

Essa pesquisa pretendeu, por um lado, contribuir para a compreensão, no universo acadêmico, de quais metodologias são mais adequadas para trabalhar de maneira significativa com o público em que a pesquisa se desenvolveu. Por outro lado, buscou compreender de que modo se dá o processo de ensino de pessoas que passam pelo contexto social em debate.

Em termos de relevância, os resultados da pesquisa poderão contribuir com o desenvolvimento do Programa Mulheres Mil em todo o Brasil, já que ele está sendo oferecido em toda a rede de EPCT. Também poderá tornar-se significativo para as gestões do programa no sentido de aperfeiçoá-lo, tendo em vista que, anualmente, no Ministério da Educação, em Brasília, ocorre o lançamento de um livro específico, contando a realidade de uma aluna por Estado da Federação.

Enfim, este trabalho pretende se tornar uma contribuição para a compreensão de como os professores ministram aulas para um público historicamente excluído da sociedade e alijado de todas as formas. Quais metodologias pedagógicas serão mais eficazes para trabalhar no meio de tanta diversidade? Como atuar com esse público? Quais são as dificuldades encontradas e como atuar para superá-las?

Estas são algumas perguntas que ficam para suscitar o debate e inspirar novas investigações. Afinal de contas, esta realidade não é exclusiva das alunas do programa, mas de milhares de mulheres que vivem no Brasil.

Na condição de futura educadora, mulher, negra e de baixa renda, que convive com quase todos os problemas sociais e mazelas enfrentadas pelas alunas do Programa Mulheres Mil, a expectativa da investigadora é a de que ao concluir esta pesquisa e apresentar os seus resultados, esteja contribuindo, de alguma

forma, para uma sociedade mais justa e igualitária, na qual as mulheres negras, em situação de vulnerabilidade social se reconheçam como cidadãs desse país tão desigual. Como postulou Paulo Freire (2011, p. 15) em seu livro *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*, precisamos ter esperança:

Sem um mínimo de esperança não podemos sequer começar o embate, mas, sem o embate, a esperança, como necessidade ontológica, se desarvora, se desendereça e se torna desesperança que, às vezes, se alonga em trágico desespero. Daí a precisão de uma certa educação da esperança.

2 CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA E PERFIL DAS ALUNAS

O Programa Mulheres Mil teve o seu início no ano de 2007 quando ainda existia o Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (CEFET- BA) e, naquela época, ainda era caracterizado como projeto.

Diante do contexto marcado por grandes problemas socioeconômicos vivenciados na cidade de Salvador naquele ano, como falta de emprego e escassez de profissionais qualificados, os docentes do CEFET- BA lotados na coordenação do curso de Turismo se sensibilizaram e passaram a ter um novo olhar, mais atento, para a inclusão de grupos desfavorecidos nos aspectos da vida socioeconômica.

Assim, o CEFET-BA, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), passou a oferecer um acompanhamento para mulheres em situação de vulnerabilidade social, em parceria com a rede de integração para a inclusão social, dentro do programa Brasil - Canadá junto à instituição Colleges. Tudo isso, a partir da metodologia de Avaliação e Reconhecimento da Aprendizagem (ARAP) desenvolvida pelo Colleges canadense.

Cabe assinalar que na metodologia ARAP foram utilizados os seguintes instrumentos: convênios interinstitucionais, cursos, sistema de monitoria, coleta de documentações existentes, reconhecimento de habilidades pré-existent, desenvolvimento de habilidades inexistentes necessárias. Todo o desenvolvimento do projeto foi realizado a partir dessa metodologia.

Essa ação contribuiu para destacar o IFBA como promotor de cidadania, reafirmando a sua missão como instituição pública e o consequente reconhecimento social. Ainda com a denominação de projeto Mulheres Mil, a sua implantação no CEFET- BA foi fruto de uma iniciativa do Governo Federal-SETEC Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC), e foi batizado originalmente como **SUBPROJETO MULHERES MIL: um *tour* em novos horizontes.**

Esta iniciativa do MEC, combinada com o lançamento de um edital próprio e exclusivo para os Centros Federais de Educação, mobilizou as professoras da Coordenação do curso de Turismo do IFBA para elaborar o projeto original. Convém registrar que foram contemplados no Edital, apenas os Centros Federais de Educação da Bahia e do Rio Grande do Norte, na região nordeste.

Inicialmente, o projeto aprovado no IFBA propôs o desenvolvimento da qualidade profissional das alunas na área de turismo, hospitalidade e lazer e, conseqüentemente, isso favoreceu a inserção de mulheres no mercado de trabalho correlato a estas áreas profissionais. Como estratégia para atingir os seus objetivos, o processo se baseou no reconhecimento e no desenvolvimento das habilidades necessárias para a futura prática de trabalho nessa área.

Com isso, foi possível despertar a consciência das mulheres atendidas sobre a importância e a possibilidade de participação ativa na sociedade como cidadãs empoderadas dos seus direitos e deveres. Em seguida, o projeto sugeriu trabalhar com a área de saúde devido à necessidade de mão de obra qualificada nesta área e posteriormente surgiu a proposta de oferecer um curso na área de eletricidade.

Segundo o relatório do Programa Mulheres Mil (LOVATTI, 2008, p. 2) as mulheres se tornaram nos dias de hoje as principais provedoras de suas famílias e totalmente responsáveis pela educação dos seus filhos, com a melhoria das suas atividades laborais, aumentando a renda e definindo o rumo de suas famílias. Esses dados são reforçados pelos relatos orais das alunas, aquelas que são solteiras e não recebem auxílio financeiro dos seus ex-companheiros.

Observou-se, ainda, que a inserção das mulheres no mundo do trabalho tem se dado de forma mais rápida e contínua, ainda que os dados estatísticos informem que o número de mulheres empregadas seja inferior ao número de homens empregados (Tabela 1).

É razoável supor que através da qualificação profissional adquirida, elas estão conseguindo alcançar melhores condições de vida que, provavelmente num futuro não muito distante, possam vir a representar incrementos substanciais no padrão, nos valores e no modo de vida social.

De acordo com o recorte feito inicialmente, apenas as mulheres residentes na comunidade da Vila Dois de Julho poderiam participar do projeto. Este é um bairro que fica localizado no entorno da Estrada Velha do Aeroporto, na Cidade do Salvador, capital do Estado da Bahia, e sua escolha deveu-se à proximidade que a gestora do projeto tinha com essa comunidade, uma vez que o programa não possuía capacidade para atender um número grande de mulheres. Elas são oriundas de comunidades desfavorecidas que passam por inúmeros problemas sociais, como falta de pavimentação e saneamento.

Na primeira turma do projeto, como se tratava de uma ação pioneira, estando ainda em processo de construção, somente quinze mulheres foram atendidas. Elas participaram de uma formação pessoal, e nesse processo foi enfatizado o reconhecimento delas como cidadãs, com todos os direitos, principalmente aqueles relacionados com melhores condições e qualidade de vida. Com essa orientação metodológica, no primeiro ano do Projeto não lhes foi oferecida formação profissional.

Como já foi assinalado anteriormente, o público do programa são aquelas mulheres em situação de vulnerabilidade social que se encontram em risco, com idade mínima de 18 anos, em diferentes graus de escolaridade, como mostram os quadros 1 e 2 logo abaixo:

Quadro 1: Escolaridade das alunas do curso de Recepcionista

Curso: Recepcionista		
Total de alunas: 23	Ensino Médio completo	12
	Ensino Fundamental incompleto	01
	Classe de Educação de Jovens e Adultos	07
	Não respondeu a questão	03

Fonte: Fichas cadastrais do Programa Mulheres Mil (2013).

Quadro 2: Escolaridade das alunas do curso de Camareira

Curso: Camareira		
Total de alunas: 29	Ensino Médio completo	13
	Ensino Médio incompleto	06
	Ensino Fundamental completo	03
	Ensino Fundamental incompleto	05
	Não respondeu a questão	02

Fonte: Fichas cadastrais do Programa Mulheres Mil (2013).

Segundo os relatos orais das mulheres, um dos principais motivos que as fizeram interromper os estudos foi o casamento, ocorrido quando ainda eram jovens, obrigando-as, conseqüentemente, a cuidar da família e sair em busca de trabalho. Elas relataram também que conseguiram voltar a estudar depois que os filhos tornaram-se adultos, ocupando assim as classes de Educação de Jovens e Adultos

(EJA). Estas informações comprovam que somente conseguiram concluir o Ensino Médio na idade adulta.

Por outro lado, como se observa nos dados dos Quadros nº 01 e 02, muitas alunas possuem o Ensino médio completo, no entanto elas não conseguem trabalhos e ocupações com melhores remunerações. No mundo do trabalho atual, o fato de haver concluído somente o Ensino médio não é requisito suficiente para conquistar um emprego melhor remunerado.

Outro fator que dificulta o desempenho de algumas mulheres em uma seleção de emprego é o fato de ter deixado de estudar há bastante tempo, já que ficaram impossibilitadas de acompanhar as atualizações do mundo do trabalho.

O trabalho de investigação também conseguiu identificar que quase todas as alunas do programa são mantenedoras de suas famílias e sobrevivem trabalhando como diaristas em residências. Segundo a fala dessas mulheres, antes do surgimento do Programa Mulheres Mil elas não alimentavam a esperança e nem a expectativa de voltar ao ambiente escolar para recomeçar a estudar. Dito com outras palavras, é como descobrir um mundo de sonhos e esperanças.

O processo de seleção da primeira turma consistiu na análise das respostas de um questionário aplicado, que teve o objetivo de caracterizar a situação socioeconômica das mulheres. No primeiro ano de execução do projeto, foram firmadas parcerias com entidades religiosas e comunitárias do bairro atendido: Terreiro Mokambo, Centro de Meditação Brahma Kumaris, Igreja Batista Betesda, Paróquia de São Lázaro, Associação de Moradores da Comunidade Vila 2 de Julho (AMOVILA).

Os cursos oferecidos foram pesquisados pelas gestoras do programa que partiram da perspectiva de como se encontrava a realidade do Mundo do Trabalho do município de Salvador, e suas transformações. Isso, combinado com o perfil socioeconômico das alunas, ajudou a definir a oferta de cursos profissionalizantes, de acordo com a disponibilidade do Programa.

O estudo de mercado identificou que no ano de 2008, muitos empresários buscavam profissionais da área de Turismo e reclamavam por não encontrar pessoas qualificadas para ocupar os quadros funcionais dos estabelecimentos hoteleiros. Neste mesmo ano foram inscritas trinta e nove mulheres no curso de Camareira e foi alcançado o número de trinta e cinco alunas concluintes. Oito destas concluintes, após terminar o curso foram empregadas na rede hoteleira.

No segundo ano o projeto já estava melhor organizado, favorecendo a ampliação do seu público e atendeu algumas comunidades localizadas no entorno da Estrada Velha do Aeroporto. Foram elas: Vila Dois de Julho, Nova Brasília, Jaguaripe Dois, Jardim Nova Esperança, Vilamar e Sete de Abril.

No ano de 2009, após a transformação do CEFET- BA para Instituto Federal, por efeito da Lei 11. 892 de 29 de dezembro de 2008, foi oferecido o curso de Cuidador de Idoso. Esse curso foi oferecido a partir da análise dos estudos que indicavam o envelhecimento da população do Brasil.

Esses estudos apontam que a cada dia aumenta a expectativa de vida do brasileiro e, assim, foi percebida pelas gestoras a carência do profissional Cuidador de Idoso na Cidade do Salvador, profissão esta, posteriormente regulamentada com a Emenda Constitucional nº 72 de abril de 2013. Na turma de Cuidador de Idoso foram inscritas trinta e nove mulheres, com vinte e cinco alunas concluintes. Dessas alunas concluintes, oito conseguiram emprego. Em 2010, o projeto ganhou o seu escritório de acesso e permanência dentro do Instituto para acolher as mulheres que procuravam o programa e, naquele ano, pela primeira vez foram oferecidos dois cursos simultaneamente: Camareira e Cuidador de Idoso.

O curso de Camareira recebeu trinta inscrições, tendo vinte e três alunas concluintes e o curso de Cuidador de Idoso inscreveu quatorze mulheres, das quais treze alunas conseguiram concluir.

Em 21 de julho de 2011 o Ministro de Estado da Educação com a Portaria nº 1.015, no uso das suas atribuições legais, resolveu:

Art. 1º Instituir o Programa Mulheres Mil - Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Art. 2º O programa Mulheres Mil constituiu uma das ações do Plano Brasil sem Miséria e tem como principais diretrizes, I- possibilitar o acesso à educação, II- contribuir para redução de desigualdades sócias e econômicas de mulheres, III- promover a inclusão social, IV- defender a igualdade de gênero, V combater a violência contra a mulher. (BRASIL, 2011).

Desta forma o projeto¹ tornou-se programa², expandindo o seu atendimento e suas atividades. O Programa está alinhado a um contexto e conjunto de prioridades das políticas públicas e das diretrizes da política externa do Governo Brasileiro, entre elas o alcance do projeto Metas Educativas 2021 – a educação que queremos para a geração do bicentenário – promovido pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e aprovado pelos Chefes de Estados e governos dos países membros em dezembro de 2010. O programa em rede nacional tem a meta de atingir 100 mil mulheres até o ano de 2014. Os objetivos do programa são:

- a) Estimular a inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade;
- b) Possibilitar o acesso à educação profissional e tecnológica do alunado não tradicional;
- c) Ofertar cursos e programas de educação profissional e tecnológica, com elevação de escolaridade e formação cidadã, sendo a carga horária mínima de 160 horas;
- d) Articular mecanismos e conexões para a inserção das egressas no mundo do trabalho, estimulando o empreendedorismo, as formas associativas e solidárias e a empregabilidade. (BRASIL, MEC, Portaria nº 1.015, 2011)

Em se tratando das metas, o Programa Mulheres Mil define algumas prioridades que são apresentadas a seguir:

A formação de 100 mil mulheres entre os anos de 2011 e 2014, moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano e/ou integrantes dos Territórios da cidadania. O programa também visa alcançar os seguintes impactos: Reduzir as desigualdades sociais e contribuir para a erradicação da miséria no país; Contribuir para a melhoria dos índices da equidade e igualdade de gênero no Brasil; Reduzir os índices de violência doméstica; Melhorar a renda familiar nas comunidades em situação de vulnerabilidade; Melhorar as relações familiares e comunitárias; Melhorar os índices educacionais na modalidade de educação de jovens e adultos; Contribuir para a redução do analfabetismo;

¹ Segundo definição da ONU : “um projeto é um empreendimento planejado que consiste num conjunto de atividades interrelacionadas e coordenadas , com o fim de alcançar objetivos específicos dentro dos limites de tempo e de orçamento dados”. (ALMEIDA, [2004?]).

² Entende-se como Programa o conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino. Tem caráter orgânico-institucional, integração no território e/ou grupos populacionais, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2013).

Contribuir para a disseminação e democratização da oferta permanente de Educação Profissional e Tecnológica para o alunado não tradicional; Contribuir para a disseminação e democratização da oferta permanente de Reconhecimento e Certificação dos saberes adquiridos ao longo da vida. (BRASIL, 2011)

A Instituição Coordenadora do Programa é a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/ MEC) e as instituições parceiras são: Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF).

Devido à expansão do projeto, e a sua conversão em programa, todos os Institutos da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica (EPCT) passaram a oferecer o programa. Em 2011 foi encerrada a parceria do programa com as entidades Canadenses e no IFBA *campus* de Salvador, as mulheres vindas de todos os bairros, a partir desse momento, puderam participar do programa.

As informações referentes aos cursos oferecidos nos anos 2011, 2012 e 2013 são apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3: Cursos oferecidos

Cursos oferecidos			
Ano	Curso	Alunas inscritas	Alunas concluintes
2011	Camareira	30	14
	Eletricista	17	08
2012	Cuidador Infantil	32	15
	Cuidador de Idoso	42	22
2013	Recepcionista	49	23
	Camareira	48	29

Fonte: Relatórios do Programa Mulheres Mil (2011, 2012 e 2013)

Os dados apresentados no Quadro 3 indicam uma significativa taxa de evasão das alunas inscritas nos diferentes cursos do Programa Mulheres Mil no IFBA. A pesquisa conseguiu identificar algumas das causas que contribuem para essa evasão, a saber:

- a) mudança de domicílio para outro bairro ou cidade, pois muitas mulheres não possuem casa própria, moram pagando aluguel;

- b) decisão decorrente da necessidade de voltar para a cidade de origem, por doença sua ou de algum familiar;
- c) mulheres que precisam cuidar dos seus filhos, pois nas comunidades que residem é comum a ausência de creches e não lhes resta outra alternativa para tomar conta das crianças.

A ficha cadastral elaborada pelo IFBA, que é utilizada para o cadastro da matrícula no Programa Mulheres Mil, é a mesma utilizada para recolher informações de matrícula dos alunos dos demais cursos, porém tem suas limitações. Desse modo, a convivência com elas no IFBA, mesmo não estando participando diretamente do programa, mas estando em contato permanente com as alunas do ano 2013, constituiu-se em rica fonte de obtenção de informações.

Nos relatos, elas expunham fatos e experiências de vida e, de acordo com esses relatos orais foi possível concluir que a maioria das mulheres são mães solteiras, precisando fazer a opção por trabalhar, estudar e cuidar da criança. É razoável supor, então, que esse conjunto de causas pode ter sido o motivo para que as mulheres não conseguissem concluir os seus cursos.

A gestão do programa avalia que ele vem cumprindo os seus objetivos na medida em que as alunas, após terem passado por ele, passam a se reconhecer como cidadãs empoderadas de suas próprias vidas, apesar de não estarem empregadas na área do curso realizado.

A oferta destes cursos ocorre invariavelmente no último semestre do ano, com início entre os meses de maio ou junho. Eles têm duração de 200 horas, sendo dois dias por semana e quatro horas diárias, pois assim não interfere muito na rotina de trabalho das alunas, que além dos seus serviços laborais têm os seus afazeres domésticos.

Todas as aulas acontecem nas instalações do IFBA. Em 2011 as alunas passaram a ter matrícula institucionalizada nos cursos de extensão da modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC) e na modalidade do Ensino Básico, podendo ser oferecida através do Ensino Médio ou Fundamental. Com a institucionalização da matrícula as alunas do Programa Mulheres Mil passam a ter a prerrogativa de alunas regulares da instituição, tendo acrescido o direito de acesso à biblioteca e a todos os ambientes do IFBA.

Essa modalidade de educação é caracterizada como não formal, de acordo com a definição de que a educação não formal pode ser entendida como qualquer atividade educacional organizada, sistemática, conduzida fora dos limites estabelecidos pelo sistema formal. (VERHEIN e LEHMANN apud BOAVENTURA, 1984, p. 259)

Apesar dos cursos do programa Mulheres Mil não estarem inseridos no bojo da educação formal, eles são elaborados e oferecidos por órgãos institucionais de ensino, em formato de cursos de extensão. Para Boaventura (1984, p. 259), “as universidades realizam cursos de extensão, que podem ser considerados como exemplos de educação-normal, vez que fogem à seriação e à sistemática do currículo oficial.” Os cursos de educação não formal de extensão comumente são oferecidos visando a capacitação para o trabalho. A esse respeito, Boaventura assim se expressou:

Todavia, quando se fala em educação não formal, se destacam mais aqueles programas que são desenvolvidos pelas empresas ou pelo setor governamental com o objetivo de capacitar, [...], sem atenção aos currículos oficiais aprovados pelos órgãos educacionais, visando mais à ocupação, emprego ou mercado de trabalho. (BOAVENTURA 1984, p. 259)

As alunas do Programa Mulheres Mil recebem mensalmente uma bolsa auxílio para o custeio do lanche e transporte, e isso se justifica por facilitar o acesso das alunas aos cursos. O valor da bolsa é calculado com base no valor da passagem local e em um lanche de médio preço.

Anualmente o programa recebe um recurso assegurado na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), no valor de cem mil reais (R\$ 100.000,00). Para se credenciar a receber esse recurso, o *campus* precisa comprovar a matrícula de cem mulheres anualmente, e esse valor é destinado ao custeio de material permanente, auxílio estudantil, material de consumo e contratação de serviços de terceiros, à exceção de pagamento de pessoa física.

A matriz curricular de cada curso é elaborada pelas gestoras do programa e com a participação dos professores do IFBA. Além das disciplinas específicas do curso escolhido, as mulheres têm aulas de formação básica englobando as disciplinas: Português, Informática, Matemática, Qualidade de vida, Saúde da

Mulher, Meio Ambiente e Valorização da Mulher. Em todas as turmas as alunas participam de uma aula externa na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), e realizam visitas técnicas ao Centro histórico de Salvador, sendo essas visitas não são restritas aos cursos da área de Turismo.

A partir de contatos com o setor hoteleiro e de saúde vislumbrou-se a possibilidade de vivências práticas nos hotéis e em abrigos para as alunas que estão ao final do curso. Isso tem servido para caracterizar um micro estágio profissional nesses ambientes e em alguns setores do IFBA.

O programa Mulheres Mil pauta as suas atividades na qualidade de vida e na formação profissional das suas alunas, oferecendo cursos de qualificação profissional ministrado por docentes com formação na área do curso oferecido. Os conteúdos dos módulos cursados pelas egressas podem ser aproveitados em outros cursos vindouros e a complementação dos conteúdos restantes em outras turmas subsequentes possibilita a conclusão do curso para as participantes que interromperam o curso inicialmente. Assim, na escolha de outro curso, a aluna somente precisa cursar as disciplinas específicas.

Todas as atividades do programa são baseadas no trabalho voluntário, inclusive o corpo docente, que são servidores do IFBA ou profissionais da área disponíveis ao trabalho voluntário e que se interessam pelo sucesso do programa. A Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 define o voluntário serviço voluntário como:

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. (BRASIL, 1998)

Ao término dos cursos os docentes recebem um certificado de participação, comprovando que o mesmo ministrou aulas como professor voluntário para o programa o que, na conjuntura da sociedade brasileira atual se insere na compreensão de alguns de que os cidadãos são coautores dos problemas advindos dessa. Dessa forma, o cidadão engajado socialmente transforma a sociedade, pois o cidadão é um indivíduo único. (KLEIN, 2004, p. 3)

O trabalho voluntário dos professores é reconhecido, na medida em que as alunas fazem elogios e demonstram satisfação por estarem em sala de aula. Por

outro lado, a prática do voluntariado tem adentrado cada dia mais no ambiente escolar com estratégias simples que auxiliam o Estado enquanto a ascensão das políticas sociais fomentando melhores condições sociais para aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social. (KLEIN, 2004, p. 5)

No *campus* Salvador o programa está lotado na Diretoria de Relações Comunitárias (DIREC), setor que organiza todas as ações de extensão neste âmbito. A finalização de cada turma é realizada no auditório do IFBA através de uma solenidade simples de certificação, em que as alunas levam os seus familiares para comemorar o recebimento do certificado.

Para a maioria das concluintes esse certificado é o primeiro que elas tiveram a oportunidade de receber, o que faz com que muitas delas se emocionem e compartilhem ricos depoimentos de vida.

Um dos principais desafios e objetivos do programa Mulheres Mil do IFBA no *campus* de Salvador é capacitar as mulheres para a compreensão, exercício da economia solidária, do cooperativismo como oportunidades de geração de renda e de melhor desempenho no mundo produtivo, garantido acesso, permanência e êxito das alunas para o desempenho educacional e a inserção no mundo do trabalho.

Para as alunas do Programa Mulheres Mil, adentrar no universo escolar é reviver uma vida deixada para trás. Estar no IFBA, instituição federal de ensino público respeitada em Salvador, tem sido para elas um ganho imensurável, algo talvez nunca imaginado anteriormente.

Os dados estatísticos relativos à educação no Brasil registram que o ensino público de qualidade não consegue atingir de maneira significativa a população desprovida de recursos financeiros, havendo, por assim dizer, um *apartheid* educacional.

De modo inconsequente, alguns alunos dos denominados cursos regulares da instituição discriminam os alunos dos projetos e programas de extensão oferecidos pelo instituto. Ditas discriminações se dão através de chacotas, olhares julgadores, brincadeiras preconceituosas e textos publicados em *sites* de relacionamento. Quando acontece alguma discriminação com as alunas do Programa, a coordenação do Programa identifica o estudante e o respectivo pedagogo, ou coordenador do curso que o aluno pertence, para resolver o acontecido.

No tocante as origens das alunas dos cursos de Recepcionista e Camareira seguem dados abaixo nos quadros 4 e 5.

Quadro 4: Naturalidade das alunas do curso de Recepcionista

Curso: Recepcionista	
Total de alunas: 23	20 alunas nascidas na Cidade do Salvador
	02 alunas nascidas em cidades do interior do Estado da Bahia
	01 aluna não respondeu a questão

Fonte: Ficha cadastral do Programa Mulheres Mil (2013)

Quadro 5: Naturalidade das alunas do curso de Camareira

Curso: Camareira	
Total de alunas: 31	14 alunas nascidas na Cidade do Salvador
	17 alunas nascidas em cidades do interior do Estado da Bahia

Fonte: Ficha cadastral do Programa Mulheres Mil (2013)

Segundo relatos orais das alunas do Programa Mulheres Mil, ano 2013, muitas delas migraram quando criança ou adolescente na tentativa de melhorar de vida na capital. Tiveram que deixar a escola ainda muito cedo e muitas mulheres só foram para a escola na idade adulta, depois de ter constituído família e criado os seus filhos.

As mulheres que são naturais da capital relatam que passaram pelos mesmos problemas sociais que aquelas vindas do interior. O número de mulheres vindas do interior é maior no curso de Camareira, onde se encontram as mulheres com mais idade. No estado da Bahia, é comum a prática das meninas irem para a capital em busca de trabalho e melhores condições de vida, pois os pais não conseguem manter a família.

Grande parte das alunas do programa são mães solteiras, principalmente aquelas mais jovens. Muitas perderam os seus maridos para o tráfico de drogas, em outros casos, os pais muitas vezes não reconhecem a criança como filho e não prestam qualquer auxílio para ambos.

Essas mães são mulheres trabalhadoras, chefes de família e estudantes, que estão em busca de condições dignas de trabalho para ter uma vida com melhores condições de sobrevivência e poder livrar os seus filhos, principalmente os do sexo masculino, do mundo das drogas. O tráfico de drogas e o seu consumo são

corriqueiros nos bairros periféricos de Salvador, onde impera a violência e a falta de policiamento e de políticas públicas.

As alunas do programa são mulheres oriundas de comunidades carentes da cidade de Salvador. Todas são moradoras de comunidades que passam por problemas sociais como falta de saneamento básico, falta de pavimentação, ausência de policiamento, violência e tráfico de drogas. Residem em logradouros periféricos e populosos que apresentam um histórico de mazelas sociais e descuido do poder público.

No tocante ao estado civil, as alunas responderam da forma que segue:

Quadro 6: Estado civil das alunas do curso de Recepcionista

Curso: Recepcionista	
Total de alunas: 23	Casadas: 05
	Solteiras: 16
	Viúva: 01
	01 aluna não a questão

Fonte: Ficha cadastral do Programa Mulheres Mil (2013)

Quadro 7: Estado civil das alunas do curso de Camareira

Curso: Camareira	
Total de alunas: 29	Casadas: 12
	Solteiras: 14
	Divorciadas: 03

Fonte: Ficha cadastral do Programa Mulheres Mil (2013)

Nos relatos obtidos, a maioria das mulheres informaram que são mantenedoras de seus lares, trabalham dentro e fora de casa para manter as suas famílias e criar os seus filhos, e aquelas que têm mais idade, em muitos casos, também criam ou ajudam a criar os netos.

A faixa etária das alunas do curso de Camareira varia entre trinta e um e sessenta e oito anos, enquanto as alunas da turma de Recepcionista estão na faixa etária entre dezanove e cinquenta e um anos. Assim, foi possível concluir que o curso de Recepcionista é procurado por mulheres com menos idade, enquanto o número de mulheres casadas é inferior ao número de mulheres casadas no curso de Camareira.

Também foi possível constatar que o casamento não é tão almejado pelas mulheres mais jovens, pois diferente de épocas passadas, as mulheres pensam

primeiro em seu desenvolvimento pessoal e profissional, deixando o casamento e a constituição da família num segundo plano. Por outro lado, algumas alunas mais jovens relataram que os seus relacionamentos foram efêmeros, pois seus parceiros não desejavam construir uma família e após se relacionarem com elas, procuravam outra parceira.

Apesar de estudar e adquirir uma profissão, as alunas com mais idade encontravam muitas dificuldades para conseguir emprego. De acordo com as solicitações para estágio, realizadas pela coordenação do Programa, o mercado hoteleiro e turístico tem preferência por empregar as mulheres mais jovens na função de Camareira, uma vez que essa atividade requer bastante esforço físico. Na função de Recepcionista, a alegação é de que precisam trabalhar com as mais jovens, pois a aparência juvenil é fundamental para o mercado turístico.

De acordo com a ficha cadastral, as alunas vivem com rendas mensais menor de um salário mínimo a um salário mínimo e meio. A maioria dessas mulheres consegue sobreviver trabalhando como diaristas ou domésticas, muitas em situação de ilegalidade, o que comprova que quando não tiverem mais força física não poderão exercer atividade laboral, e não terão algum benefício trabalhista, já que não estão amparadas pelos direitos e deveres legais, mesmo com a Emenda Constitucional nº 72, de 02 de abril de 2013, que estabelece:

Considera-se trabalhador doméstico aquele maior de 18 anos que presta serviços de natureza contínua (frequente, constante) e de finalidade não- lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas. Assim, o traço diferenciador do emprego doméstico é o caráter não- econômico da atividade exercida no âmbito residencial do empregador. Nesses termos, integram a categoria os seguintes trabalhadores: empregado, cozinheiro, governanta, babá, lavadeira, faxineiro, vigia, motorista particular, jardineiro, acompanhante de idosos, dentre outras. O caseiro também é considerado trabalhador doméstico, quando o sítio ou local onde exerce a sua atividade não possui finalidade lucrativa. (BRASIL, 2013)

Como se pode notar, essa emenda busca assegurar que todos os direitos trabalhistas de uma atividade laboral formal devem ser oferecidos ao trabalhador doméstico, contudo, de acordo com os relatos obtidos, muitas trabalhadoras e trabalhadores domésticos não têm os seus direitos concedidos, e que os empregadores na maioria dos casos não reconhecem e não valorizam o trabalho doméstico, julgando não ser necessária a seguridade desse trabalhador e afirmando

não ter condições financeiras para remunerar de modo apropriado essa mão de obra.

Atento às dificuldades encontradas pelas mulheres na busca de vaga de emprego, os responsáveis pelo programa oferecem a disciplina Informática para as alunas. Pouquíssimas alunas sabem manusear o computador e durante as aulas de Informática, no primeiro momento, muitas delas hesitam em utilizar o equipamento, pois têm medo de danificá-lo. Poucas têm esse equipamento em casa, e mesmo aquelas que o possuem não sabem operá-lo, sendo que algumas nunca tocaram em um computador.

Para elas, as aulas de Informática se transformam em um mundo novo que estão descobrindo. Ao término da disciplina demonstram satisfação por terem aprendido a utilizar as funções básicas de um computador.

De acordo com as entrevistas realizadas, durante as aulas em que se abordavam temas como gênero e raça, os mesmos não eram debatidos pela coordenação e nem pelos professores. Soa intrigante que na condição social que se encontram a maioria das mulheres declara-se de cor “parda” na ficha cadastral que preenchem.

Como é mostrado nos quadros nº 7 e 8 do capítulo 4, no modelo de ficha constam as opções das cores parda, branca, indígena e negra. Nesse caso, a opção negra não está de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que declara que a cor da pele é preta. Muitas mulheres se declaram pardas, o que parece indicar que para algumas delas a pessoa da raça negra é aquela que possui o tom da pele com bastante pigmentação.

De acordo com os diálogos momentâneos que foram mantidos com as alunas, as falas indicaram que elas não se reconhecem como negras. Chega a surpreender que, com toda a discussão que existe nos dias de hoje acerca das questões étnicas raciais, algumas alunas demonstraram não ter consciência de raça, e parecem acreditar que declarar-se da raça negra é algo ruim. O tema da miscigenação racial ainda é muito forte para aqueles que não possuem consciência de raça, ou mesmo que se recusam a aceitar a sua identidade racial.

[...] em ação intencional as pessoas agem “sob adscrições”; que suas ações são conceitualmente moldadas. Daí decorre, é claro, que o que as pessoas podem fazer depende de quais conceitos elas tem

disponível para elas; e entre os conceitos que podem moldar as ações de alguém. (APPIAH, 2010, p. 130)

A matriz curricular dos cursos garante a oferta de disciplinas de formação básica, que é composta por um núcleo comum para ambos os cursos, e as disciplinas específicas que são pertinentes a cada profissão. Segue abaixo o quadro de disciplinas comuns e das disciplinas específicas dos cursos de Recepcionista e Camareira, respectivamente.

Quadro 8: Matriz curricular do curso de Recepcionista

Curso: Recepcionista	
Formação Básica	Disciplinas
	Qualidade de Vida
	Meio Ambiente
	Direito da Mulher
	Saúde da Mulher
	Empreendedorismo
	Informática
	Visita técnica DEAM
	Economia Solidária
	Segurança do Trabalho
Formação Específica	Organização de Arquivos e Documentos
	Comunicação e Qualidade no Atendimento ao Cliente
	Postura Profissional
	Português Instrumental
	Micro Estágio

Fonte: Matriz curricular do Programa Mulheres Mil (2013)

Quadro 9: Matriz curricular do curso de Camareira

Curso: Camareira	
Formação Básica	Disciplinas
	Meio Ambiente
	Qualidade de Vida
	Direito da Mulher
	Saúde da Mulher
	Economia Solidária
	Informática
	Segurança do Trabalho
	Empreendedorismo
	Visita técnica DEAM
	Formação Específica
Comunicação e Qualidade no Atendimento ao Cliente	
Direitos e Deveres da Camareira	
Postura Profissional da Camareira	
Procedimentos e Técnicas Aplicadas ao Desempenho Profissional na Hotelaria	
Equipamentos, Acessórios e Produtos de Limpeza	
Visita técnica DEAM	

Fonte: Matriz curricular do Programa Mulheres Mil (2013)

O núcleo de disciplinas básicas é voltado para a formação pessoal da mulher e da sua autoestima, além de aspectos do mundo do trabalho, como a disciplina Informática, atualmente solicitada para todas as profissões e a disciplina Economia Solidária, para que elas se apropriem do conhecimento sobre outras formas de trabalho. As disciplinas específicas se dividem entre teóricas e práticas, durante as aulas práticas elas aprendem habilidades pertinentes à profissão em curso.

Algumas disciplinas comuns e específicas são ministradas pelos mesmos professores nas duas turmas. O corpo docente é composto por professores que já vivenciaram o Programa em anos anteriores ou por profissionais devidamente capacitados para ministrar disciplinas nesses cursos.

Durante as aulas das disciplinas práticas, as alunas do curso de Camareira, têm as suas aulas no laboratório de Camareira do instituto. Para isso, o IFBA tem montado um laboratório de Unidade Habitacional (UH) denominação hoteleira atual para quarto. No curso de recepcionista, as alunas fazem as aulas práticas frequentando micros estágios nos setores administrativos da instituição.

3 METODOLOGIA

No trabalho de investigação aqui relatado foi escolhido como método investigativo, a pesquisa qualitativa baseada nas técnicas de entrevistas com os docentes voluntários e na pesquisa documental. Entre os autores consultados, está (GIL 2009, p. 26) quem sustentou que “Pode-se definir pesquisa como processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

A escolha do método qualitativo objetivou alcançar uma melhor interpretação, compreensão dos fatos e informações, na busca de possíveis soluções para o problema proposto. (ROCHA; BARRETO, 2008, p. 18) Neste seu trabalho, o autor buscou informações em outras fontes e apresentou a seguinte consideração “Quando os pesquisadores têm como objetivo compreender os acontecimentos diários e contextualizados, por meio dos significados que as pessoas dão ao fenômeno investigado, os métodos qualitativos são os mais indicados (GIL apud ROCHA; BARRETO, 2008, p. 4)

A técnica utilizada durante a pesquisa foi a entrevista estruturada com perguntas abertas. O roteiro para as entrevistas foi elaborado contendo cinco perguntas com dados de identificação, e mais oito perguntas com dados específicos do desenvolvimento da pesquisa. As entrevistas foram gravadas em um aparelho gravador para, em seguida, ser feita a sua transcrição na íntegra.

Na elaboração do roteiro de entrevista foi observada a preocupação em assegurar a coerência relacionada com o problema de pesquisa e com os seus objetivos. As entrevistas tiveram como sujeitos da pesquisa seis professores do Programa Mulheres Mil, ano 2013, que se constituíram nas fontes pessoais de informação.

Antes de realizar as entrevistas, foi feito o recorte com a intenção de delimitar a primeira amostra pretendida. Ao final, a amostra ficou constituída por seis professores de cada turma, sendo três da turma de Camareira e três da turma de Recepcionista. Entre eles quatro ministravam disciplinas comuns – formação básica –, e dois lecionavam disciplinas específicas. Estes foram os critérios utilizados para a seleção da amostra.

As entrevistas, com o uso do roteiro (APÊNDICE B), aconteceram nas instalações do IFBA nos dias 19/ 20 e 23 de dezembro de 2013, no turno vespertino. As perguntas relacionadas com os dados específicos do desenvolvimento da pesquisa estão situadas logo abaixo, com três alternativas, cada uma, para finalidade de amostragem.

No processo de amostragem, foram selecionadas algumas respostas para cada questão. Elas estão apresentadas a seguir, sendo consideradas as respostas mais pertinentes para as questões propostas.

Como forma de assegurar o sigilo da identidade dos entrevistados e, em respeito aos princípios éticos que devem nortear as pesquisas acadêmicas, os membros da amostra foram denominados de Professor 01, Professor 02, Professor 03, Professor 04, Professor 05 e Professor 06, essa nomenclatura foi adotada de acordo com a ordem de gravação das entrevistas.

No capítulo Resultados da pesquisa consta a análise das entrevistas que levou em consideração os objetivos da pesquisa e as ideias defendidas pelos autores estudados, que constituem o marco teórico para a construção desse trabalho.

É oportuno informar que as perguntas expostas a seguir foram enumeradas a partir do número 06, pois as primeiras 05 perguntas são pertinentes à identificação dos entrevistados, já que as falas deveriam ser precedidas dos dados de identificação de cada um.

6 O que lhe motivou a ser voluntário do Programa Mulheres Mil:

- a)** Professor 06
Identificação:
Sexo: Feminino
Idade: 21
Formação: Gestão de Recursos Humanos
Curso em que atuou como professor (a) no programa: Recepcionista
Disciplina ministrada: Meio- Ambiente

Resposta:

[...] eu sempre quis trabalhar de maneira voluntária e poder passar meu conhecimento para outras pessoas, [...]. Atingi o propósito que eu queria e até hoje eu venho me motivando, [...] eu estou sempre disponível para atender esse público.

b) Professor 01

Identificação:

Sexo: Masculino

Idade: 36 anos

Formação: Graduado em Sistema de informação

Curso em que atuou como professor (a): Recepcionista

Disciplina ministrada: Introdução à informática

Resposta:

Ajudar pessoas desprovidas de informação a buscar e obter o conhecimento voltado à Informática.

7 Você já passou por alguma situação entre ou com as alunas que envolvessem questões sociais, como raça, faixa etária, renda e ou escolaridade?

a) Professora 02

Identificação:

Sexo: Feminino

Idade: 39

Formação: Pedagogia

Curso em que atuou como professor (a): Recepcionista

Disciplinas ministradas: Organização de arquivos e Organização de documentos

Resposta:

[...] a sala do Mulheres Mil é uma sala muito heterogênea, vai de meninas de 18 anos até senhoras de 60, então quando elas me viam ensinando, as mais velhas sempre pediam mais atenção e as mais jovens não. Uma reclamava com a outra, porque dizia que a outra não estava prestando atenção na aula, mas que ela estava prestando atenção, então elas ficavam dizendo que, “ah! porque a gente é mais velha e as outras são mais novas é por isso que a gente tá assim”, como se fosse uma questão de preconceito, e aí eu tinha que entrar com aquele jogo de cintura de professor e dizer que o ensino era para todos e aí tinha que dar mais ou menos assim uma lição mesmo, pra aquelas que não queriam, dizer até

pra ir lá fora tomar uma aguinha voltar depois, mas que não atrapalhassem o processo de aprendizado daquelas que estavam querendo aprender. Em todas as turmas que eu ensinei sempre teve essa questão, porque a turma do Programa Mulheres Mil é heterogênea por demais, aliás, você na educação não vai encontrar uma turma homogênea, será heterogênea, então nesse programa várias turmas que eu peguei teve esse tipo de discussão, só mesmo por conta disso.

b) Professor 03

Identificação:

Sexo: Feminino

Idade: 51

Formação: Graduada em Administração Hoteleira

Curso em que atuou como professor (a): Camareira

Disciplina ministrada: Técnicas e práticas da Camareira

Resposta:

Não, porque minha disciplina não era voltada para estas questões [...] Aí seria voltado com outro tipo de professora, na área de Psicologia, dos Cuidados com a Mulher. Não, porque eu me colocava como se eu fosse também uma dessas estudantes do Mulheres Mil, então eu passava a minha vida, as minhas dificuldades né, o que foi o que eu passei o que minha mãe passou, o que minha avó passou, então elas ficavam à vontade de participar da minha aula.

c) Professor 04

Identificação

Sexo: Feminino

Idade: 30

Formação: Comunicação Social

Curso em que atuou como professor (a): Camareira

Disciplina ministrada: Economia Solidária

Resposta:

[...] sempre que trabalho com o Mulheres Mil, tento fazer esse reconhecimento da origem das pessoas porque é, geralmente, são pessoas de baixa renda, de baixíssima escolaridade e até para você saber de que forma você vai lidar com a turma. Para mim a questão mais forte na verdade foi a questão de violência doméstica. Que está extremamente vinculada a questão de baixa renda, que as pessoas acabam se submetendo a esse tipo de relação. Não foi exatamente dentro da sala de aula, foram em momentos extra pedagógicos. Mas eu tentava abordar essas questões, mas as pessoas não falavam assim de

uma forma clara, a questão da renda sim, mas a questão da violência não era no contexto geral com todos envolvidos.

8 Durante as suas aulas você leva em consideração a realidade das alunas?

a) Professor 04

Identificação

Sexo: Feminino

Idade: 30

Formação: Comunicação Social

Curso em que atuou como professor (a): Camareira

Disciplina ministrada: Economia Solidária

Resposta:

Totalmente, por exemplo, é o primeiro passo com a disciplina de Economia Solidária, ela tem uma característica justamente de trabalhar com economia de setores populares, então é necessário antes fazer primeiro um mapeamento, um diagnóstico participativo, para que a pessoa possa relatar sua relação, sua origem, para que a disciplina possa ser pensada. Depende muito do público envolvido para que a gente pense nas estratégias.

b) Professor 05

Identificação

Sexo: Masculino

Idade: 30

Formação: Gestão em Redes

Curso em que atuou como professor (a): Recepcionista

Disciplina ministrada: Informática Básica

Resposta:

Não, só de escolaridade.

a) Professora 02

Identificação:

Sexo: Feminino

Idade: 39

Formação: Pedagogia

Curso em que atuou como professor (a): Recepcionista

Disciplinas ministradas: Organização de arquivos e Organização de documentos

Resposta:

Eu levo, agora não levo assim enfocando demais, porque se não pode causar algum constrangimento. Eu faço assim, aquele diagnóstico que o professor tem que fazer na sala pra medir o nível da turma e aí a partir dali eu vou introduzindo o assunto. É claro que eu vou vendo, vou percebendo quem é que tá assimilando com mais facilidade e quem é que tá com mais dificuldade, aqueles que estão com mais dificuldade eu procuro dar uma atenção maior até porque elas sempre me procuram e geralmente esse público sempre é o público com mais idade, porque quando a gente ensina assuntos da atualidade o pessoal com a idade mais elevada não entende, Informática mesmo o pessoal não entende, então quando você coloca alguma coisa no slide que envolve informática o pessoal não entende, não procuro focar muito essa questão, senão pode dar mais conversa na sala do que já tem.

9 Para você qual é a importância de ministrar aula para um público que sofre total processo de exclusão social devido a sua condição de renda, gênero, raça e faixa etária?

a) Professor 02

Identificação:

Sexo: Feminino

Idade: 39

Formação: Pedagogia

Curso em que atuou como professor (a): Recepcionista

Disciplinas ministradas: Organização de arquivos e Organização de documentos

Resposta:

Bom, é muito importante ministrar essa aula, porque a autoestima delas fica bastante elevada, porque quando chegam aqui muitas vezes, chegam incrédulas do seu saber, incrédulas de pensar mesmo que não vão conseguir alguma coisa até porque o tempo delas fora da academia é muito grande e assim é uma proposta nova pra elas e é uma proposta nova também para o professor. Na verdade são duas novidades: a gente tá encarando como uma proposta nova e elas também encarando como uma proposta nova, então a gente faz o que para mim é importante, “[...]” essa elevação de autoestima foi constatada na formatura do Mulheres Mil, que teve agora, onde muitas alunas deram um depoimento no auditório dizendo que a autoestima delas estavam bastante elevada depois do curso do Mulheres Mil.

b) Professora 03

Identificação:

Sexo: Feminino

Idade: 51

Formação: Graduada em Administração Hoteleira

Curso em que atuou como professor (a): Camareira

Disciplina ministrada: Técnicas e práticas da Camareira

Resposta:

É super importante, Mulheres Mil pra mim não é como eu trabalho em outras partes como PRONATEC. Mulheres Mil pra mim, eu posso trabalhar eternamente na parte solidariedade, sem ter retorno financeiro, porque eu vejo parte da minha vida nessas mulheres e a gente sabe que o país, o entorno desse país, o miolo do país, a maior parte da nossa população é o espelho dessas mulheres, então quando você vê que uma pessoa que tá ali presente, mesmo com quase 70 anos, com o marido internado doente, subindo a ladeira do Aquidabã, chegando super cansada, mas, assim, com dois a dez minutos de atraso na minha aula, enquanto a gente tá vendo jovens que não querem nada e essas mulheres querem, porque isso aqui é o começo de tudo, é o começo de uma nova vida, é um novo horizonte.

a) Professora 04

Identificação

Sexo: Feminino

Idade: 30

Formação: Comunicação Social

Curso em que atuou como professor (a): Camareira

Disciplina que ministrou aula: Economia Solidária

Resposta:

Pra mim é um fator motivacional muito grande, eu me sinto muito feliz de poder estar contribuindo de alguma forma para que a pessoa tenha o mínimo de emancipação política, de emancipação social, ou que ela reflita no espaço que ela se encontra, na condição que ela se encontra, [...]

10 Você utiliza alguma metodologia pedagógica levando em consideração a realidade do corpo discente para ministrar aulas no programa? Qual?

a) Professora 04

Identificação

Sexo: Feminino

Idade: 30

Formação: Comunicação Social

Curso em que atuou como professor (a): Camareira

Disciplina que ministrou aula: Economia Solidária

Resposta:

Totalmente, a gente tenta trabalhar bastante com oficinas, trabalhar com o uso da imagem, trabalhar com muitas ilustrações, com muitas figuras, trabalhar com recursos audiovisuais, porque são ferramentas que as pessoas têm mais proximidade, mais facilidade de compreender a discussão, a reflexão proposta.

b) Professor 04

Identificação

Sexo: Masculino

Idade: 36 anos

Formação: Graduado em Sistema de informação

Curso em que atuou como professor (a): Recepcionista

Disciplina ministrada: Introdução à informática.

Resposta:

A ferramenta diferenciada que eu procuro sempre utilizar principalmente com pessoas nessa classe, é primeiro conhecer a dificuldade de cada uma delas, desde a questão da leitura até a utilização do computador, a única ferramenta básica que eu tenho como premissa para introduzir no aprendizado é essa.

c) Professora 02

Identificação:

Sexo: Feminino

Idade: 39

Formação: Pedagogia

Curso em que atuou como professor (a): Recepcionista

Disciplinas ministradas: Organização de arquivos e Organização de documentos

Resposta:

Bom, metodologia pedagógica é muito assim, pra mim é mais recente porque eu acabei de me formar em Pedagogia então eu não tenho lá essa tarimba toda de sala de aula, [...] eu faço a minha aula e faço o diagnóstico da sala, aí a partir dali eu vou continuar ou eu vou tentar normalizar a coisa, tentar fazer um encontro na base daquele povo pra poder ir continuando. Então eu faço a coisa de acordo com o que me passam, se me passam a matéria eu vou traçando aquilo ali, eu acho que eles precisam disso, disso e disso, a partir dos questionamentos na sala a gente vai mudando a nossa metodologia, muitas vezes eu programo um exercício,

muitas vezes a gente fica no diálogo, o exercício não é aplicado ali, porque naquele momento ali o diálogo rendia mais do que o exercício escrito.

11 Caso utilize alguma metodologia de que maneira ela é colocada em prática?

a) Professora 04

Identificação

Sexo: Feminino

Idade: 30

Formação: Comunicação Social

Curso em que atuou como professor (a): Camareira

Disciplina que ministrou aula: Economia Solidária

Resposta:

As aulas em vez de serem no perfil mais tradicional teórica, a gente tenta trabalhar com oficinas, atividades lúdicas e utilização de muitas imagens, ilustrações, como a gente chama... Dinâmicas, e solicitando muito que as pessoas falem, se coloquem como protagonistas das suas histórias.

b) Professora 06

Identificação

Sexo: Feminino

Idade: 21

Formação: Gestão de Recursos Humanos

Curso em que atuou como professor (a): Recepcionista

Disciplina ministrada: Meio- Ambiente

Resposta:

Eu trago para sala de aula a forma prática dos exemplos dados, dos exemplos citados, trago vídeos mostrando como é a realidade, faço aplicação de testes e até mesmo trago material para que elas possam fazer algo do tipo de aula prática mesmo desenvolvendo algum dos vídeos que elas tenham assistido.

c) Professor 01

Identificação

Sexo: Masculino

Idade: 36 anos

Formação: Graduado em Sistema de informação

Curso em que atuou como professor (a): Recepcionista

Disciplina ministrada: Introdução à informática

Resposta:

Primeiro eu procuro na verdade dialogar, abrir um diálogo, abrir uma conversa paralela com todos integrantes daquele curso, na sala de treinamento para que a partir desse momento eu passe a conhecer cada um dos integrantes do curso, cada aluna e quais suas dificuldades.

12 A partir da metodologia utilizada, você consegue enxergar algum resultado nas alunas?

a) Professor 01

Sexo: Masculino

Idade: 36 anos

Formação: Graduado em Sistema de informação

Curso em que atuou como professor (a): Recepcionista

Disciplina ministrada: Introdução à informática

Resposta:

Sim, desde o aprendizado até a superação de muitas, de nunca ter conhecido o que é digitar uma letra, ao momento que elas conseguem elaborar um texto.

b) Professora 04

Identificação

Sexo: Feminino

Idade: 30

Formação: Comunicação Social

Curso em que atuou como professor (a): Camareira

Disciplina que ministrou aula: Economia Solidária

Resposta:

Totalmente, apesar de ter uma carga horária reduzida e você ver pessoas que têm muita dificuldade de se expressarem publicamente, que geralmente são mais reservadas, você percebe, que durante, algumas pessoas conseguem se soltar um pouco mais e pronunciar e conseguem compreender qual é o objetivo da discussão levada.

c) Professora 06

Identificação

Sexo: Feminino

Idade: 21

Formação: Gestão de Recursos Humanos

Curso em que atuou como professor (a): Recepcionista

Disciplina ministrada: Meio- Ambiente

Resposta:

Sim, as alunas conseguem mostrar no decorrer das aulas, o que estão colocando em prática, o que está sendo passado em sala de aula, inclusive uma aluna, ela citou no outro dia que na escola que o filho dela estuda de Educação Infantil, já está sendo ministrada a disciplina de Meio Ambiente, então ela disse que estava no ônibus e ia jogar um papel no chão e o filho falou com ela: “não mamãe, não pode jogar o papel no chão não, por causa das enchentes” e aí ela disse que para ela aquilo que eu já tinha passado em sala viveu mais, porque até o filho dela que é pequeno já conseguiu absorver que a gente é quem procura a nossa melhora.

13 O que significa para você enquanto docente ministrar aulas para o público do programa Mulheres Mil?

a) Professora 04

Identificação

Sexo: Feminino

Idade: 30

Formação: Comunicação Social

Curso em que atuou como professor (a): Camareira

Disciplina que ministrou aula: Economia Solidária

Resposta:

Eu acredito que a formação, o trabalho de educação com pessoas que estão justamente alijadas do processo tradicional educativo, é o grande desafio que os institutos federais devem encarar, um programa como o Mulheres Mil, na minha opinião, é um dos programas mais importantes que o instituto realiza hoje.

b) Professora 02

Identificação:

Sexo: Feminino

Idade: 39

Formação: Pedagogia

Curso em que atuou como professor (a): Recepcionista

Disciplinas ministradas: Organização de arquivos e Organização de documentos

Resposta:

[...] eu sei que estou contribuindo para vários sujeitos do mundo e eu sei que daqui a algum tempo em algum tempo na vida, elas vão ter o retorno, claro que não vai ser imediato, não sei se todas que já saíram desse programa já estão inseridas no trabalho, mas pra mim é importante porque eu vou deixar um legado para elas e o legado que eu quero deixar para elas é o legado de autoestima elevada, é o legado de que elas podem sim,

que elas não devem parar no que elas ficaram, que elas devem continuar sempre o processo delas de estudo, de aprendizado, porque estudo e aprendizado é algo que a gente não para nunca, então a gente começa estudar e vai a vida toda estudando, então pra mim é importante por isso, pelo legado deixado.

c) Professor 01

Sexo: Masculino

Idade: 36 anos

Formação: Graduado em Sistema de informação

Curso em que atuou como professor (a): Recepcionista

Disciplina ministrada: Introdução à informática

Resposta:

Uma satisfação, principalmente para pessoas que já são, digamos que cansadas da atividade laboral, da vida de dona de casa, outras funcionárias, outras serventes, outras cozinheiras etc. E no momento que estão ali, mesmo cansadas, estão ali dispostas a aprender e colocar o aprendizado em prática.

4 EMBASAMENTO TEÓRICO

4.1 GÊNERO

Para uma instituição de ensino industrial, historicamente tecnicista, frequentada majoritariamente por estudantes do gênero masculino, como o IFBA, o fato de oferecer cursos profissionalizantes somente para o gênero feminino constituiu-se numa conquista para as mulheres que participam do Programa. Isso pode ser confirmado a partir da fala da entrevistada, professora 04:

Eu acredito que a formação, o trabalho de educação com pessoas que estão justamente aliadas do processo tradicional educativo, é o grande desafio que os institutos federais devem encarar, um programa como o Mulheres Mil, na minha opinião, é um dos programas mais importantes que o instituto realiza hoje. “[...]” (Professora 04).

Essas alunas, mulheres que estão em total contexto de vulnerabilidade social, que vivem à margem da sociedade, e sofrem total processo de exclusão participam do programa em busca de melhores perspectivas para suas vidas a partir da educação escolar que possivelmente lhe possibilitará um emprego no futuro. São elas negras, com grande número de filhos, trabalhadoras domésticas e vítimas da violência doméstica.

[...] principalmente para pessoas que já são, digamos que cansadas da atividade laboral, da vida de dona de casa, outras funcionárias, outras serventes, outras cozinheiras etc. E no momento que estão ali, mesmo cansadas, estão ali dispostas a aprender e colocar o aprendizado em prática. “[...]” (Professor 01).

Com o intuito de explanar um pouco mais sobre a questão do gênero feminino, já que a pesquisa se deteve no estudo de mulheres-alunas do Programa Mulheres Mil, é oportuno trazer o conceito de gênero formulado pela escritora feminista Scott (apud VITAL, 2013):

O gênero se torna, antes, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’- a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado.

De acordo com a conceituação de gênero da estudiosa feminista, esse é uma construção social, cultural e política estabelecida pelos padrões sociais e que são impostos sobre os indivíduos. (SCOTT apud VITAL 2013). O gênero feminino, historicamente alijado dos processos sociais e vítima do machismo, ainda se depara com atitudes discriminatórias e preconceituosas. Em se tratando das mulheres negras, a discriminação é ainda maior, para essas a opressão é experienciada em diversos aspectos, seja ela no gênero, na raça e na classe. (CARDOSO, 2008, p. 6)

4.1.1 Subemprego

A partir das fichas cadastrais das alunas e das narrativas feitas por elas durante as aulas do programa, pode-se constatar que o êxodo rural continua existindo na Bahia. Muitas dessas mulheres que saíram da sua cidade natal, cidades do interior da Bahia, deixaram o campo em busca de melhores condições de vida na cidade, ou seja, deixaram suas cidades em busca de empregos e trabalhos na capital.

Sem alternativa, ao chegarem à capital se instalam em bairros periféricos de Salvador, pois as suas condições financeiras não lhes permite residir em bairros que ofereça as condições básicas de moradia. Nestes bairros periféricos as condições básicas de sobrevivência digna são negligenciadas pelo poder público. Nas fichas cadastrais do programa estão registrados os bairros onde as alunas residem.

Ao desembarcar na capital, elas se surpreendem com a falta de emprego e também de trabalhos, e com a exigência de capacitação que é necessária para conseguir uma vaga no mundo do trabalho. Assim, são obrigadas a aceitar a primeira oportunidade que encontram. Essa primeira atividade remunerada não são empregos na maioria das vezes, são trabalhos mal remunerados, situando-se na faixa de um salário mínimo. Elas desenvolvem diversas atividades, tais como diaristas, faxineiras, babás, cozinheiras, entretanto os patrões não reconhecem essas atividades como um emprego formal e não as remunera de maneira que delibera a lei.

A remuneração do serviço doméstico no Brasil é considerada baixa, porém, muitas das mulheres que compõem o êxodo rural, antes descrito, não conseguem trabalho. O trabalho doméstico, assim como as demais atividades que exigem esforço físico, seguem desvalorizados, pois é direcionado para aquelas pessoas que não possuem escolarização.

A regulamentação do trabalho doméstico no Brasil ocorreu no ano de 2013. Com esta regulamentação, os trabalhadores e trabalhadoras domésticas passaram a gozar os mesmos direitos daqueles trabalhadores regulamentados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), entretanto, na prática, muitos empregadores descumprem a legislação. Sem a devida fiscalização do poder público, as melhores condições de trabalho previstas na lei não conseguiram sair do papel, obrigando as mulheres que precisam de renda para o sustento das famílias a aceitar trabalhar de forma ilegal, sem carteira assinada.

Em entrevista concedida ao portal Geledés em 02 de junho de 2013, a presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos (FENATRAD), Creuza Maria Oliveira, assim se expressou com respeito à regulamentação do trabalho doméstico: “Se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das Domésticas existisse antes, eu não teria sofrido tanto”.

A frase de Creuza remete a um processo de reflexão sobre as condições de muitas dessas mulheres que viviam, e ainda vivem, nos moldes da escravidão, dedicando toda a sua vida a uma determinada família. E, ao atingirem uma idade mais avançada e não tendo mais forças e energia para trabalhar, são dispensadas sem direito a sacar o Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS).

Como já foi assinalado, esse foi um direito conquistado na regulamentação do trabalho doméstico, ocorrida no ano de 2013, mas, também como já citado, esses direitos muitas vezes não são exercidos/respeitados, mesmo estando regulamentados.

Em termos comparativos, o ordenado recebido pelas mulheres com baixa escolaridade que exercem trabalho braçal é inferior ao dos homens. Apesar de o trabalho braçal masculino ser fisicamente mais cansativo, o trabalho feminino é também exaustivo e requer além de condições físicas satisfatórias, condições psicológicas e comportamentais.

A citação a seguir, de autoria de Resane da Silva (2010, p. 10), é elucidativa a esse respeito.

Segundo dados do relatório de desenvolvimento humano da ONU, as mulheres representam 70% da população mundial que vivem em situação de miséria absoluta. Sua jornada de trabalho, incluindo o trabalho doméstico, é aproximadamente 13% superior à dos homens, sendo que as mulheres recebem em média 30% a menos do que os homens. O desemprego ainda é maior entre elas, especialmente em

momentos de crise. Os números da recente crise econômica global revelam que as mulheres foram as mais afetadas. Sofreram os maiores impactos das transformações produtivas, com a flexibilização das relações de trabalho e a alta rotatividade, o que contribuiu ainda mais para ampliar a presença feminina no mercado informal e no trabalho em tempo parcial.

Mesmo nos dias atuais, a mulher não tem o seu salário equiparado aos dos homens e, em se tratando da mulher negra, essa discriminação é ainda maior. Bairos, afirma que:

[...] o que as mulheres compartilham não a mesma opressão, mas a luta para acabar com o sexismo, ou seja, pelo fim das relações baseadas em diferenças de gênero socialmente construídas. Para nós negros é necessário enfrentar esta questão, não apenas porque a dominação patriarcal conforma relações de poder nas esferas pessoal, interpessoal e mesmo íntima, mas também porque o patriarcado repousa em bases ideológicas semelhantes às que permitem a resistência do racismo: a crença na dominação construída com bases em noções de inferioridade e superioridade. (HOOKS apud BARRIOS, 1995, p. 462).

Contudo a ausência do poder público na construção de creches é um dos agravantes que afasta ainda mais a mulher do mundo do trabalho. Silva, R. (2010, p. 07). Apesar da crescente busca por emprego e qualificação por parte das mulheres, os homens ainda ocupam o maior número de vagas de emprego. Como é demonstrado na tabela 1, a seguir:

Tabela 1: Estimativa da população economicamente ativa, da População Ocupada e Desempregada e Taxas de Participação e Desemprego, segundo o sexo. Região Metropolitana de Salvador (RMS) 2011 e 2012.

Condição de Atividade e Taxas de Participação e Desemprego	2011			2012		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
População Economicamente Ativa	1.702	887	815	1.837	960	877
Ocupados	1.442	779	663	1.512	821	691
Desempregados	260	108	152	325	139	186

FONTE: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT. (Adaptação)

NOTA: Estimativas em 1.000 pessoas.

O crescimento do desemprego ocorreu para homens e mulheres, influenciado pelo significativo aumento da PEA feminina e masculina. Para as mulheres esse movimento confirma as desigualdades de gênero existentes no mercado de trabalho, visto que apesar de

representarem 62 mil ou 45,9% da variação da PEA, a força de trabalho feminina alocada em novas ocupações foi de 28 mil ou 40,0% das oportunidades. Esta situação fez com que 34 mil mulheres passassem a condição de desempregadas. Enquanto os homens, que somaram 73 mil pessoas do aumento verificado na PEA, foram mais bem sucedidos na disputa pelos postos de trabalhos gerados no período, absorvendo 60,0% das novas oportunidades. Assim, o aumento do número de desempregados do sexo masculino foi de 31 mil. Em 2012, as mulheres seguiram sendo minoria entre os ocupados (45,7%) e maioria entre os desempregados (57,2%), apesar de sua participação entre os desempregados ter decrescido. (BAHIA, 2013, p. 2)

De acordo com os dados citados acima, é evidente que mesmo com o crescimento da mulher no mundo do trabalho, os homens ainda continuam liderando esse universo. A socióloga e feminista Saffioti afirma que “o patriarcado segue de pé na sociedade capitalista”. (SAFFIOTI, apud SILVA, R., 2010, p. 12) Esta mesma autora defende uma democracia nas relações de gênero, onde homens e mulheres gozem do mesmo poder sobre o social, e que ambos sejam considerados pessoas dotadas e detentoras de direitos humanos.

4.2 ETNIA

Na ficha cadastral do IFBA utilizada no programa, uma das perguntas é pertinente à raça - cor de pele da aluna. A pergunta aparece da seguinte forma: “Você se considera: amarelo () branco () indígena () pardo () negro () outros”.

No curso de Camareira e Recepcionista aparecem, respectivamente, os seguintes resultados:

Quadro 10: Cor da pele das alunas do curso de Camareira

Cor da pele	
Curso: Camareira	
Branco	00
Pardo	18
Negro	11
Não respondeu a questão	01

Fonte: Ficha cadastral do Programa Mulheres Mil (2013)

Quadro 11: Cor da pele das alunas do curso de Recepcionista

Cor da pele	
Curso: Recepcionista	
Branco	01
Pardo	11
Negro	11

Fonte: Ficha cadastral do Programa Mulheres Mil (2013)

De acordo com os números constantes nos quadros acima, o maior número de mulheres se autodeclararam pardas. Nas conversas mantidas com as alunas elas deixaram transparecer que não aceitam a etnia negra, e demonstraram não ter conhecimento do significado de etnia e raça. Nos diálogos, elas não se declaravam negras, dando a entender uma interpretação de que ser negro é ser algoz.

Tem sido observado que esta é uma prática recorrente na sociedade brasileira, onde o negro é visto como marginalizado, simplesmente pelo fato de ter a pele mais pigmentada e por ter o seu fenótipo diferente do fenótipo branco.

Ana Célia Silva (2007, p. 92) argumenta que, “Quando se trata de um indivíduo ou grupo estranho, eles não são julgados por si próprios, mas pela etnia, raça, classe ou nação a que pertencem como os judeus, os ciganos, os negros, os pobres, entre outros”.

Se a representação do negro na sociedade fosse apenas uma imagem, ateria na consciência individual ou coletiva a imagem da diversidade de funções desse na sociedade, a riqueza da sua cultura e religiosidade, dentre outras imagens do cotidiano desse povo, que os objetos recaladores internalizados na nossa consciência invisibilizam ou modelam negativamente. (SILVA, A., 2007, p. 93)

Assim, elas negam a sua identidade de raça, se forjando na cor de pele “parda”, que foi a opção mais assinalada na ficha cadastral. Para Ataíde:

Como sabemos, as auto-identificações são, em muitos casos, racionalizações, posicionamentos pessoais e explicitações a partir da construção de sua biografia e do reconhecimento de seus valores, sua rede de relações e o seu lugar social. Em muitas outras situações, relacionadas, principalmente às classes populares e aos grupos excluídos; essas identidades são externamente atribuídas e ganham conotação pejorativa, transformando-se em verdadeiros

estigmas que o outro impõe a determinados grupos minoritários. (ATAÍDE, 2007, p. 50).

Ao que tudo indica, quando se declararam pardas elas estavam acreditando que elevavam a sua autoestima. Devido à forte pigmentação das suas peles, não podiam afirmar que eram brancas e tampouco se declararam negras, então a saída encontrada, ou ainda imposta, para que elevassem a sua autoestima foi declarar-se pardas. Vale acrescentar que algumas alunas afirmaram que a cor parda é a cor de pele que consta no documento do seu registro de nascimento.

O racismo é um preconceito ainda muito presente na nossa sociedade, as classes sociais que não tiveram acesso à educação formal e que vivem em condições precárias de subsistência perpetuam esse preconceito sendo, paradoxalmente, as principais vítimas dessa discriminação. A feminista negra Bell Hooks argumenta que:

Apesar das diversas mudanças na política racial, às mulheres negras continuam obcecadas com os seus cabelos, e o alisamento ainda é considerado um assunto sério. Insistem em se aproveitar da insegurança que nós mulheres negras sentimos com respeito a nosso valor na sociedade de supremacia branca!. (HOOKS, 2005, p. 1)

A condição que a mulher negra se encontra, de forjar sua identidade racial, é uma imposição com traços de crueldade e foi criada e mantida por uma sociedade racista, classista e discriminatória, que faz com que garotas, ainda crianças, sofram devido à espessura do fio do seu cabelo, ou da sua cor de pele.

Atualmente em Salvador tem-se observado o aumento de centros de estética voltados para as mulheres negras. Esses centros não mais deixam os cabelos alisados, esticados completamente, dizem fazer um alisamento mais leve, possivelmente mais um forjamento, ou esconderijo para essas mulheres. E elas continuam não aceitando os seus cabelos como são. Dialogando com Hooks (2005, p. 3) ela traz que:

[...] as empresas brancas começaram a reconhecer os negros, e de maneira especialíssima, às mulheres negras, como consumidoras potenciais de produtos que poderiam ser subministrados, incluindo aqueles para os cuidados com o cabelo. Permanentes especialmente concebidos para as mulheres negras eliminaram a necessidade do pente quente e da chapinha. Esses permanentes não só custavam mais caro, mas também levavam todas as economias e ganâncias das comunidades negras, especificamente dos bolsos das mulheres negras que anteriormente colhiam benefícios materiais.

Aquelas mulheres que não têm poder financeiro para custear o tratamento estético capilar sofrem total processo discriminatório, pois não estão inseridas no grupo das negras que podem custear os seus caprichos estéticos capilares que a mídia proclama como belos para as suas cabeças. As alunas do programa Mulheres Mil pertencem a esse grupo discriminado pela mídia, contudo, muitas mulheres negras economizam, deixando de custear outros serviços para não ficarem alijadas desse grupo de questionáveis pretensões estéticas.

Em meio ao patriarcado capitalista e associado aos aspectos sociais e políticos, surgiu entre os negros a prática de alisar o cabelo, fazendo supor que eles queriam assemelhar-se aos brancos, raça dominante socialmente e, conseqüentemente fazendo com que o negro tenha raiva de si, negando e odiando o seu fenótipo e diminuindo a sua autoestima. (HOOKS, 2005, p. 5-8)

O valor social que se tenta esconder por trás do valor estético é muito forte e sofredor para essas mulheres. Nas entrevistas que buscam vagas de empregos, a exigência por um cabelo arrumado significa uma suposta “boa aparência” e isso ainda é comum nos dias atuais. Pela simples aparência, o negro, a mulher negra ainda são muito discriminados. Na citação a seguir, Hooks relata em uma situação que mostra o quão perverso tem sido o preconceito racial para com a aparência da mulher negra.

Em discussão sobre a beleza com mulheres negras em Spelman College, as estudantes falavam sobre a importância de ter o cabelo liso quando se procura um emprego. Estavam convencidas, e provavelmente com toda a razão, de que sua oportunidade de encontrar bons empregos aumentaria se tivessem cabelo alisado. Quando se pediam mais detalhes sobre essa assertiva, essas mulheres se concentravam na conexão entre as políticas radicais e os penteados naturais, seja com ou sem tranças. Uma jovem que tinha o cabelo natural e curto falava até mesmo em comprar uma peruca de cabelo liso e comprido na hora de procurar emprego. (HOOKS, 2005, p. 7)

Em uma cultura de dominação e de alienação, homens e mulheres negras devem lutar para estar em contato consigo próprio e com os próprios corpos, já que eles são tão discriminados e desvalorizados por uma ideologia que aliena e inferioriza. Celebrando-nos e celebrando os nossos corpos participamos de uma luta libertadora que desata a consciência e o coração. (HOOKS, 2005, p. 7-8)

A mulher e o homem negro, pelo fato de serem negros, ainda ocupam o lugar de submissão nos diversos ambientes sociais, principalmente no ambiente de trabalho, e essa disparidade entre as raças é visível numa cidade como Salvador. A mulher e o homem negro ainda conseguem ocupar o lugar de coadjuvante, mesmo naquilo que sabem fazer de melhor. (BAIROS, 1995, p. 458)

Desse modo, podem ser observadas as cenas que se repetem rotineiramente, nas quais o negro atua como coadjuvante apenas nos trabalhos domésticos que, geralmente, estão reservados e são ocupados por mulheres negras que possuem histórias de vidas muito parecidas, que passam pelos mesmos problemas e conflitos sociais.

É uma tarefa árdua pensar na luta das mulheres negras, pois seria supérfluo, priorizar a questão de gênero ou a questão racial, pois elas sofrem tanto o preconceito de gênero quanto o racial ao mesmo tempo (BARRIOS, 1995, p. 461). Entende-se que aspectos da violação dos direitos humanos combinam raça e gênero, afetando diretamente as mulheres negras e demarcando um cenário de desagregação social e de redução da qualidade de vida. (BRASIL, 2013)

4.3 CONTEXTO GEOGRÁFICO

O êxodo rural também é um dos problemas enfrentado pelas alunas do Programa Mulheres Mil. Migrando do campo para a cidade ainda na fase da adolescência, em busca de melhores condições de sobrevivência, elas deixam para trás todos os seus familiares e constroem um núcleo familiar na capital. Com a expectativa de construir uma nova, e melhor, vida em Salvador, se casam.

Os principais motivos que fazem com que grandes quantidades de habitantes saiam da zona rural para as grandes cidades são: busca de empregos com boa remuneração, mecanização da produção rural, fuga de desastres naturais (secas, enchentes, etc), qualidade de ensino e necessidade de infra- estrutura e serviços (hospitais, transportes, educação, etc). O êxodo rural provoca, na maioria das vezes, problemas sociais. Cidades que recebem grande quantidade de migrantes, muitas vezes, não estão preparadas para tal fenômeno. Os empregos não são suficientes e muitos migrantes partem para o mercado de trabalho informal e passam a residir em habitações sem boas condições (favelas, cortiços, etc). Além do desemprego, o êxodo rural descontrolado causa outros problemas nas grandes cidades. Ele aumenta em grandes proporções a população nos bairros de periferia das grandes cidades. Como são bairros carentes em hospitais e escolas, a população destes locais

acabam sofrendo com o atendimento destes serviços. Escolas com excesso de alunos por sala de aula e hospitais superlotados são as conseqüências deste fato. (ÊXODO..., 2011)

Têm sido observados, com muita frequência, grandes contingentes de jovens que deixam a sua cidade natal, no interior do Estado, migrando para a capital em busca de novas oportunidades de sobrevivência. “São cada vez mais os jovens que vêm deixando o meio rural e entre estes é preponderante a participação das mulheres”. (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999, p. 4) Outro aspecto que se observa é que a mulher tem vindo, em maior número que os homens, em busca de novas oportunidades. “As mulheres migram mais que os homens”, esta é uma das mais famosas “leis das migrações rurais” [...]. (RAVENSTEIN apud CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999, p. 4)

Ao se reportar à identidade nordestina, com ênfase no êxodo rural, Ataíde (2007, p. 52) destacou que “Estes homens e mulheres estão imersos nas periferias urbanas e numa cultura de violência, caótica e heterogênea advindas de diversas matrizes étnico-culturais e que representam os processos de exclusão e discriminação existente nos nossos dias”. Deste modo, o sonho de ter uma vida melhor não é concretizado, estas pessoas somente conseguem trabalhos com baixos salários, que não valorizam o serviço que elas oferecem, pois o trabalho doméstico no Brasil é mal remunerado.

Com as mazelas sociais e o enfretamento da pobreza, aparece também a violência doméstica. Dos relatos orais de algumas mulheres pode-se notar que algumas já sofreram agressão física e verbal dos seus maridos, já que alguns deles não aceitam que suas esposas voltem para o universo escolar ou que trabalhem fora de casa. Foi feito o relato por uma aluna, em sala de aula, de que o esposo afirmava ser mentira que ela iria estudar, pois ela deveria ter um amante e que mulher não precisa estudar. A esse respeito, a professora 04 relata sobre a violência doméstica:

[...] para mim a questão mais forte na verdade foi a questão de violência doméstica. Que está extremamente vinculada a questão de baixa renda, que as pessoas acabam se submetendo a esse tipo de relação. Não foi exatamente dentro da sala de aula, foram momentos extras pedagógicos. Mas eu tentava abordar essas questões, mas as pessoas não falavam assim de uma forma clara, a questão da renda sim, mas a questão da violência não era no contexto geral com todos envolvidos. (Professora 04)

Essas mulheres se tornam submissas dos seus cônjuges e acabam dedicando toda a sua vida a eles. Desse modo, elas terminam sendo “escravas” também dos seus esposos e isso ajuda na percepção de que a violência doméstica é algo que está presente no cotidiano delas.

[...] um exemplo de faixa etária foi uma aluna, que relatou em sala de aula que inclusive apanhou do marido devido a questão mesmo de querer fazer o curso, e da idade, ela informou que o marido dela questionava que ela não tinha mais idade para estudar, que ela tinha que ficar em casa cuidando dele, dos filhos e da casa. Ela sentia muita dificuldade para poder vir para aulas devido a questão de transporte e alimentação, ela disse que uma vez foi pedir para ele, que bancasse esse transporte dela, para ela poder está vindo adquirir o conhecimento e ele simplesmente a agrediu verbalmente e fisicamente. (Professora 06).

Existem relatos das gestoras do programa de situações em que a aluna se vê obrigada a solicitar ajuda do marido. Isso acontece por questões burocráticas do orçamento público federal que, algumas vezes atrasa o pagamento da bolsa das alunas na data prevista. Para muitas, inclusive aquelas que não trabalham, esse atraso é um transtorno, pois não têm como obter recurso financeiro para custear as despesas do transporte e do lanche. Sendo assim, pedem ajuda aos maridos para ir ao curso e, como já foi citado acima, em muitos casos eles não atendem ao pedido e acabam agredindo a companheira.

A posição de subordinação da mulher, tanto no espaço público quanto no espaço doméstico no decorrer da história da humanidade, foi o fio condutor que mobilizou o surgimento de teorias, que problematizassem as questões das diferenças, em relação aos papéis sociais dos homens e das mulheres. (SANTOS, 2011, p. 4)

A violência contra mulher é algo que lhe afeta fisicamente, psicologicamente, moralmente e emocionalmente. Essa violência nada mais é que a submissão da mulher sobre o poder que o homem exerce sobre ela. (FOUCAULT apud SANTOS, 2011, p. 7) observou que:

[...] a violência se apresenta como uma relação de dominação exploração e opressão que se manifesta em meio à relação assimétrica movida no âmbito das classes sociais, das relações sociais e das relações interpessoais.

De acordo com Arendt (apud SANTOS, 2011, p. 7) “Entende-se como poder, a instrumentalização de dominação que geralmente vem junto com a violência. Mas tanto a violência quanto o poder são fenômenos distintos”. O homem agride a mulher julgando ser o proprietário dessa, a mulher para ele é uma mercadoria adquirida por ele, onde ela deve respeito, obediência e dignidade.

[...] essa relação de dominação está relacionada há diversos fatores culturais, sociais e também econômicos que legitimam o dominador a agir de forma violenta contra o dominado, rompendo com qualquer forma de integridade do dominado: integridade física, psíquica, sexual, moral e patrimonial. (SAFFIOTI apud SANTOS, 2011, p. 7)

Educada por uma sociedade tradicional e machista, portanto equivocada, a mulher aprende a ser submissa ao homem. As mulheres não são sempre vítimas, elas tornar-se-ão vítimas a partir de construções sociais e políticas e papéis sociais que lhes são oferecidos e impostos. (SANTOS, 2011, p. 8)

Em entrevista realizada sobre a violência doméstica e publicada no jornal *A Tarde*, a delegada titular da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), doutora Ana Virginia, afirmou que:

É alto o índice de mulheres que sofrem ameaças dos agressores, que na maioria dos casos são os maridos, companheiros e namorados. No geral, são 600 ocorrências por mês. Muitos, inconformados com o término do relacionamento, seguem as ex-mulheres e telefonam, insistentemente. (DEAM..., 2013)

Na mesma fonte documental se lê ainda:

Apesar de a criação das primeiras Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher (DEAM) datarem dos anos 90, foi apenas em 2003 que o Governo Federal instituiu como política de Estado a promoção dos direitos e políticas femininas. Desde então, a luta ficou conhecida e a Lei Maria da Penha, curiosamente, se tornou a legislação mais difundida em todo o Brasil. (DEAM..., 2013)

A vice-prefeita da cidade de Salvador, Célia Sacramento, discorrendo sobre a violência doméstica sofrida pelas mulheres afirmava que:

Não tem como negar que melhorou, mas temos muito ainda a fazer. A violência contra a mulher não tem classe social. Em todos os níveis da sociedade há violência contra a mulher. Salvador é a 5ª cidade em violência doméstica no Brasil”, avalia a vice-prefeita de Salvador, Célia Sacramento. Ela defende, por exemplo, que haja também uma política de psicologia para o homem, que ainda precisa entender melhor seu papel diante das companheiras. (DEAM..., 2013)

Muitos homens por estarem insatisfeitos com a sua vida profissional, por ter tido algum problema fora de casa, ou por ter o hábito de consumir algum tipo de droga, ao adentrar nos seus lares descontam todo o seu estresse agredindo fisicamente e verbalmente as suas companheiras. Ainda ao falar de violência doméstica a vice-prefeita de Salvador assim se expressou:

Em diversos bairros populares há um costume de associar o final das atividades profissionais com o consumo exagerado de álcool. Conseqüentemente, muitas vezes o costume termina em violência. Por conta disto, os órgãos públicos precisam dotar os homens de dispositivos de acompanhamento que minorem o sofrimento causado com desemprego e pobreza para fazer com que as frustrações da vida não se transformem em agressões em casa. (DEAM..., 2013)

Curiosamente, apesar de estarem residindo na cidade, essas mulheres continuam morando no interior da cidade, pois residem em bairros periféricos, distantes do centro. Nas páginas seguintes estão seis registros fotográficos que fazem parte do acervo documental do programa. Nessas fotografias são mostradas as vielas, ribanceiras, matagal e a parte externa das residências de algumas alunas que residem na Vila Dois de Julho, em Salvador.

Essas residências e logradouros demonstram as condições de extrema pobreza. No arquivo fotográfico do programa somente constam fotografias dessa comunidade, pois foi a primeira comunidade atendida. Os registros documentais do programa informam que esta foi a comunidade que teve um maior número de mulheres atendidas.

Figura 1: Moradias da comunidade Vila Dois de Julho- Salvador- Bahia



Fonte: Arquivos do Programa Mulheres Mil

Figura 2: Vieiras da comunidades Vila Dois de Julho- Salvador- Bahia



Fonte: Arquivos do Programa Mulheres Mil

Figura 3: Ausência de Capeamento asfáltico na Vila Dois de Julho- Salvador- Bahia



Fonte: Arquivos do Programa Mulheres Mil

Figura 4: Roupas no varal, comunidade Vila Dois de Julho- Salvador- Bahia



Fonte: Arquivos do Programa Mulheres Mil

Figura 5: Construções inacabadas, Vila dois de Julho- Salvador- Bahia



Fonte: Arquivos do Programa Mulheres Mil

Figura 6: Descaso público, Vila dois de Julho- Salvador- Bahia



Fonte: Arquivos do Programa Mulheres Mil

A posição geográfica da comunidade onde residem as alunas do programa tem sido um obstáculo para que elas frequentem o centro da cidade, ou conheçam o mar de perto, mesmo morando em Salvador.

Na turma de Cuidador de Idoso do ano de 2013, em uma visita técnica ao Centro Histórico de Salvador, uma aluna moradora do bairro do Trobogy relatou que morava em Salvador há 42 anos e essa era a primeira vez que ela tinha ido ao Pelourinho, ou seja, não saem do local que residem, não conhecem outros lugares que não sejam os arredores dos seus bairros. Em se tratando de aspectos geográficos continuam vivendo como se vivessem no interior.

Elas saem do interior fugindo das condições péssimas de sobrevivência, entretanto se deparam com problemas iguais ou piores. O Brasil é um país em desenvolvimento que deixa à margem da sociedade todos aqueles que são desprovidos de recursos financeiros. Desta maneira, “Países sem política de desenvolvimento regional e social e sem identidade estão destinados a ser meras plataformas de exportação para o mundo, sem cidadãos, sem direitos e identidade cultural”. (ZAIDAN FILHO. apud ATAÍDE, 2007, p. 57)

4.4 CLASSE SOCIAL

Segundo os relatos feitos pelas alunas, nota-se que elas vivem em condições de extrema pobreza, com problemas de renda, em bairros periféricos, nos quais as ruas não são pavimentadas, não há coleta de lixo nem saneamento básico, muitas morando em casas de taipa, sem reboco, sem cômodos divididos e de difícil acesso, ou seja, em situação de miséria.

Aquelas que têm filhos matriculados na rede pública de ensino, em sua maioria, recebem auxílio financeiro do governo federal através do programa Bolsa Família para ajudar no sustento da casa.

Para muitas dessas alunas esse recurso é a única fonte de sustento e subsistência da família. Todavia, o ingresso no Programa Mulheres Mil, surgiu como uma oportunidade singular e incentivadora para que buscassem melhores condições trabalhistas e construíssem um futuro melhor através da educação profissional.

Foi possível reconhecer que a pobreza atinge majoritariamente a parcela negra da população, como decorrência, entre outros fatores, do racismo estrutural da sociedade brasileira e da omissão do poder público. Isso reforça a necessidade de que o Estado incorpore nas políticas públicas, direcionadas à população de baixa renda, a constatação de que há diferenças de tratamento e de oportunidades entre estes, em desfavor dos homens negros e das mulheres negras.

Estavam lançadas as bases para que as políticas públicas passassem a considerar um dado óbvio, há décadas denunciado pelo Movimento Negro e atualmente comprovado por todas as estatísticas, mas raramente lembrado pelos governantes: os negros e negras são os mais pobres dentre os pobres. Onde se pode admitir que uma política universalista que ignore tais diferenças de base entre os grupos raciais serviria tão somente para perpetuar e realimentar as atuais desigualdades. (BRASIL, 2013b)

4.5 FORMAÇÃO ESCOLAR

Essas mulheres que estudam no Programa Mulheres Mil no IFBA foram tolhidas do direito de estudar ainda quando criança. Na tentativa de conseguir emprego elas deixaram a escola no interior, local de origem, vindo trabalhar em Salvador e, aqui chegando optam por trabalhar, deixando os estudos, mais uma vez, de lado. Após os filhos se tornarem adultos, buscam a escola pública, reconhecidamente defasada, para concluir ou começar os estudos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

[...] a vida fora do espaço escolar tem que ser inserida durante as atividades dentro do IFBA, foi o espaço escolar delas, então elas ficavam muitos anos sem ter conhecimentos teóricos, sem ter conhecimentos práticos das aulas né? 15 anos, 20 anos, tinha gente que já tinha mais de 30 anos também [...] (Professora 03)

Mesmo com o Ensino Médio completo o déficit na aprendizagem é grande, o que dificulta a inserção delas no mundo do trabalho. Com relação a isso (CASTELLS OLIVEIRA apud, 2007, p. 243) identificou que:

[...] as demandas por uma escolarização básica não são apenas consequência da escolaridade deficiente da nossa população, mas

da constante evolução de sociedade informática que provoca uma mudança nas necessidades educativas dos jovens e adultos, diferentes das exigências de antigamente.

Desta forma essas mulheres são alijadas do mundo do trabalho porque não estão providas as necessidades básicas que o mundo do trabalho exige. Ou seja, mesmo com o Ensino médio concluído, ainda existem dificuldades para o seu ingresso num emprego.

Criam-se, conseqüentemente, exigências cada vez maiores para o trabalhador, em termos de conhecimento, compreensão, raciocínio, criatividade, decisão, que lhe permitem participar desses espaços e usufruir dos benefícios do desenvolvimento social, econômico, cultural, científico e tecnológico. (KUENZER, 2001, p. 35)

Advém daí a importância de renovar o conhecimento, pois os conhecimentos adquiridos na formação inicial não são suficientes para todos os aspectos exigidos pela sociedade atual. Desse modo, a inserção no mundo do trabalho, no qual há uma incessante busca de informações e novas ideias, é praticamente inalcançável para aqueles que não conseguem acompanhar esse processo, ficando fora das transações sociais e do mundo do trabalho. (LÉVY apud GRIEBLER, p. 3-7)

O documento *The Girl Child: An Investment in the Future*, publicado pela primeira vez em 1990, parece constituir o ponto de partida. O título já denota a concepção de criança subjacente: o(a) adulto(a) que será. Aí encontramos: o modelo essencialista e de “dupla desvantagem” (“ter nascido pobre e mulher”); os argumentos para investir na educação de meninas e mulheres que “têm efeitos significativos na sobrevivência infantil (a partir de seus filhos), produtividade econômica, redução da fertilidade, e qualidade da vida”; as recomendações para políticas públicas; a melhoria dos indicadores estatísticos desagregados por sexo. (ROSEMBERG, 2001, p. 505)

Na citação que se lê a seguir, (STROMQUISTA apud ROSEMBERG, 2001, p. 516) assinalou que a bandeira do problema da educação das mulheres é defendida pelas organizações governamentais:

[...] a bandeira da educação das mulheres é levantada por uma tríplice aliança para reduzir a pobreza e possibilitar o desenvolvimento sustentável: organizações multilaterais (UNICEF, UNESCO, UNIFEM, Banco Mundial, OCDE); movimento de mulheres e governos nacionais.

4.6 GERAÇÃO

A dimensão associada às distintas gerações de mulheres que participam do programa tem sido um problema para as alunas com idade mais avançada. Durante as aulas elas são discriminadas pelas alunas mais jovens por serem idosas ou por já fazer parte da terceira idade. Como uma das condições para participar do programa é ter, no mínimo, dezoito anos, sem limite máximo de idade, as alunas mais jovens dizem sentir-se incomodadas num grupo com alunas idosas porque, segundo elas, a idade mais avançada exige mais tempo para a aprendizagem. Isso, ainda segundo algumas alunas mais jovens, atrapalha o andamento das aulas.

O envelhecimento do ser humano é tratado por Cabral (2005, p. 53), quem relatou a seguinte cena:

Numa tarde de domingo, depois de animado almoço em nossa casa, dirigimo-nos ao elevador para acompanhar nossos amigos ao térreo do edifício. Naquele momento, o grande espelho na lateral do elevador me pareceu sombrio. Encontrava-me logo atrás de minha amiga, quando olhei sua imagem refletida nele e imediatamente ouvi sua exclamação enfática, enquanto levava as mãos aos cabelos grisalhos: “Parece um bicho!” disse, e repetiu a frase. Parecia falar para todos como se quisesse explicitar o que pensava de sua face envelhecida. Tomada pela surpresa da cena fiquei imóvel, incapaz de expressar qualquer palavra à minha velha amiga; apenas me coloquei a seu lado e a abracei carinhosamente. Enquanto isso, as outras pessoas ao redor de nós permaneciam emudecidas, somente percebi que trocavam olhares entre si. Desde então, jamais esqueci essa experiência emblemática do envelhecimento de uma mulher.

Conforme foi citado pela autora, o preconceito de gênero para a mulher é evidente e ao chegar à fase da terceira idade, torna-se ainda maior. Ou seja, para a sociedade capitalista que supervaloriza a juventude, a mulher “mais velha” torna-se descartável e a ela só cabe o destino de esperar em casa a morte chegar. Algumas alunas idosas do programa relatam que são “velhas”, mas não estão mortas, outras dizem que não têm mais pretensões para o futuro, pois já estão com a idade elevada, mas preferem estar em sala de aula ocupando o seu tempo com o estudo, ao invés de estar em casa se estressando com os seus familiares.

(KEHL apud CABRAL, 2005, p. 57) relata a supervalorização com que o capitalismo trata a juventude do ser humano:

Sob o domínio das aparências, a força da ideologia que valoriza a juventude, emergiu nas últimas décadas, numa elaboração sofisticada, o movimento de hiper-valorização do “ser jovem”, conhecido como “adulescência”, que assim se expressa: “Quanto mais tempo pudermos nos considerar jovens, hoje em dia, melhor.”

Nas entrevistas realizadas com um professor do curso, foi possível obter a seguinte transcrição:

Uma aluna falou para a outra, o que essa velha quer aqui, em vez de tá em casa fazendo outras coisas tá aqui atrapalhando a aula, a outra aluna falou que todo mundo tem direito de aprender. (Professor 05).

Destarte, foi observado que uma parcela das alunas jovens do programa não respeitam devidamente as colegas que se encontram na terceira idade e, como decorrência, também não respeitam o seu tempo de aprendizado, talvez por ignorar que os problemas enfrentados na infância e na vida adulta não favoreceram o acesso daquelas mulheres à educação escolar.

Associado a tudo isso, as alunas mais idosas também encontram maiores dificuldade para se inserir no mundo do trabalho. No curso de Camareira, por exemplo, teve alunas concluintes com 60 anos de idade que não foram aceitas para trabalhar em algumas pousadas e hotéis, já que a preferência desses empregadores são camareiras com idade em torno de vinte e oito anos.

A atividade de Camareira, devido ao trabalho diário de arrumação dos quartos e o esforço exigido para tal, associado ao curto tempo que essas profissionais dispõem para arrumar muitos quartos, requer bastante esforço físico e agilidade. Possivelmente esta seja mais uma razão para que mais uma porta seja fechada para essas mulheres.

Por sua vez, algumas alunas mais jovens que ainda não tinham filhos e diziam não querer tê-los relataram a vontade de recuperar o tempo perdido, pois muitas ainda não tinham sequer concluído o Ensino Médio e almejavam estudar e conseguir um emprego, ou ingressar num curso superior. Outras mesmo jovens já possuem filhos, eram, na maioria dos casos mães solteiras que perderam os seus companheiros para o tráfico de drogas, ou então o pai da criança não reconheceu a paternidade.

4.7 DROGADIÇÃO

Os bairros em que as alunas residem são bairros periféricos como foi mostrado nas fotos anteriores, existindo altos índices de violência e drogadição, consumo e tráfico de drogas, fatos que são comprovados a partir dos relatos orais das alunas e através dos noticiários locais. Aquelas alunas que tinham filhos sacrificavam as suas vidas para que os seus filhos não se envolvessem com a criminalidade.

Algumas mães, mesmo com todo o sacrifício, não conseguem impedir que seus filhos participem do mundo da drogadição. Algumas conversas mantidas nos intervalos de aulas forneceram o relato de alunas que já perderam os seus filhos, predominantemente homens, e maridos, para o tráfico de drogas. Em Ferreira *et all* é encontrado que:

Os resultados apontam para a ligação da violência com o território da cidade tendo-se detectado verdadeiros “territórios da violência” no espaço urbano [...] - espaços de grande vulnerabilidade - à semelhança do que vem ocorrendo na grande maioria das metrópoles latino-americanas. (FERREIRA; VASCONCELOS; PENNA, 2008, p. 1)

Uma aluna do curso de Camareira do ano 2011 forneceu o relato de que criava o seu único filho sozinha porque o pai da criança foi vítima de assassinato cometido por traficantes do bairro onde vivia, devido a uma dívida de drogas. A respeito do sofrimento que atinge essas famílias, a primeira juíza negra do Brasil relatou, no ano de 1984, o quanto é sofredora a vida da mulher negra na sociedade brasileira:

A mulher negra é a eterna sofredora, quem mais passa por humilhações e sofrimento em nossa sociedade. Em geral, ela nunca assume postos de decisão, sempre está em cargos subordinados. Ela também sofre como mãe ao ver seus filhos serem linchados pela sociedade. (VALOIS, 2013)

De acordo com os noticiários televisivos e impressos locais, o consumo de drogas nos bairros periféricos de Salvador tem crescido com muita rapidez, principalmente entre os adolescentes. Ocorre que, após o consumo o jovem torna-se um viciado e com isso vem os assassinatos, homicídios, originados das dívidas no comércio ilegal das drogas. Comumente são divulgadas as brigas pela “boca” termo utilizado no meio jornalístico para fazer referência ao ponto de distribuição e de venda da droga para os usuários e visitantes de uma comunidade.

A violência urbana é atualmente um dos temas priorizados nos estudos das cidades, especialmente nos grandes aglomerados urbanos. Além das implicações de ordem econômica, social e territorial, a morte por homicídio vem se colocando no mundo atual como uma verdadeira epidemia. As estatísticas mundiais apontam para a problemática da mortalidade de jovens entre 15 e 29 anos, vítimas de homicídios nas cidades. (FERREIRA; VASCONCELOS; PENNA., 2008, p. 1)

O perfil social da maioria dos jovens que cometem homicídio, e que também são vítimas, tem traços comuns, pois passam pelos mesmos problemas sociais, políticos e culturais que resultará no processo da vulnerabilidade social face à violência urbana. (FERREIRA et al., 2009, p. 1) Esse jovem já nasce privado dos seus direitos básicos como rege a Constituição Federal Brasileira, ele não tem direito à moradia, à alimentação, à educação e ao lazer. O que resta para esse indivíduo é a rua, é a pseudo facilidade que o mundo do tráfico oferece.

Por sua vez, as mães desses jovens sem o apoio da sociedade ou do poder público travam cotidianamente uma luta, quase sempre inglória, por seus filhos. É significativa a quantidade de jovens de baixa renda, negros da periferia, que estão envolvidos no mundo das drogas, ou são criminalizados por residir em uma determinada comunidade, já estigmatizada. As oportunidades que se oferecem para que esse jovem não busque esse caminho são mínimas.

Dialogando com Alves, pode-se observar a sua ênfase de que o jovem negro é o jovem mais criminalizado, discriminado e marginalizado na sociedade brasileira.

Não é segredo para ninguém: existe uma guerra contra jovens negros pobres urbanos. Morar na periferia de São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, entre outras, é estar exposto à morte prematura. O Mapa da Violência 2006, da Unesco, dá a dimensão do massacre: aproximadamente 50 mil pessoas são assassinadas todos os anos no Brasil. A maioria das mortes acontece na faixa etária entre 15 e 25 anos de idade. E mais: homens negros têm 75% a

mais de chance de serem assassinados do que homens brancos na mesma idade. Em São Paulo, eles têm 101.0% a mais de chances de serem mortos. Na idade entre 15-24 anos, morrem 45.1 jovens brancos para cada grupo de 100 mil habitantes; na outra extremidade, morrem 90.7 jovens pretos e pardos para cada grupo de 100 mil habitantes. E os números são ainda piores em estados como Pernambuco, Alagoas e Distrito Federal, onde a taxa de assassinato de jovens negros supera 300% a dos jovens brancos i. (ALVES, 2012, p. 1)

Na sociedade baiana, o fato de o indivíduo ser jovem e negro já o criminaliza, quando se observa que outros jovens, brancos e residentes em bairros nobres da Cidade do Salvador, às vezes universitários, sendo usuários e traficantes de drogas lícitas e não lícitas, não serem incomodados pelo aparelho policial estatal.

Em suma, a lei que é aplicada para o jovem negro não é aplicada para o jovem branco, pois o tratamento policial, as abordagens policiais de Salvador para um jovem negro não são as mesmas para um jovem branco morador de bairro nobre. Os jovens negros, além de serem estigmatizados pela cor da pele, por ser preto, são também estigmatizados pelo bairro em que residem, e por morar na periferia, como descreveu Alves (2012, p. 1):

Um ponto ainda pode ser debatido, no entanto, é qual o impacto da guerra contra as drogas, encampada pela Secretaria de Segurança Pública, na população negra jovem. Embora o consumo de drogas ilícitas esteja disseminado no país, os principais usuários são os jovens brancos de classe média. No entanto, as forças de repressão ao tráfico de entorpecentes se volta para a juventude negra das periferias urbanas. A matemática racial é a seguinte: a polícia não procura por drogas entre os jovens da classe média porque eles são vistos apenas como usuários, não são vistos como traficantes. Para jovens negros apanhados com um papelote de maconha não vale a mesma regra: são traficantes. E se não forem, são 'obrigados' a confessar que o são. Para que não haja dúvida quanto ao nosso raciocínio, se liga aí: uso de drogas ilícitas é um assunto de saúde pública; o tráfico de drogas é caso de polícia.

Ao jovem negro, pobre, morador da periferia, cuja mãe é doméstica e muitas vezes não sabe sequer quem é o seu pai, cabe a exclusão. Com a ausência de oportunidades, o descaso do poder público, a carência de educação de qualidade, de saúde pública acessível, a moradia e a lazer, ele apenas encontra o caminho da marginalização, que uma sociedade injusta e desigual, como a brasileira, produz a cada dia.

Que diabo acontece com a democracia racial brasileira? Qual a explicação para a morte prematura de homens negros pelas mãos de agentes do estado? O argumento que quero defender aqui é simples e direto: a morte de homens jovens negros nas periferias urbanas brasileiras é parte do que Abdias do Nascimento apropriadamente denomina como 'o genocídio do povo negro'. A contenção dos corpos negros nas favelas da hiper-periferia paulistana, o assassinato de jovens com tiros nas costas por agentes do estado, a superlotação das prisões, o inferno do transporte público, o desemprego em massa e a exclusão do acesso à universidade devem também ser lidos como estratégias de dominação racial no Brasil urbano. Nesse sentido, já é bem familiar para nós como o Estado tem respondido à luta da juventude negra pelo direito à existência. Com porrada! (ALVES, 2012, p. 1)

Além do problema social das drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas, existe também o problema associado à saúde pública que precisa ser assumido pelo poder público como uma ação preventiva. Alguns psicólogos defendem que cabe à sociedade buscar esforços para tentar sanar tais problemas. Para Eroy Silva (2012, p. 39), que é psicóloga e doutora:

A questão do uso de drogas é também uma questão de saúde que o indivíduo, tanto o álcool como droga lícita e a maconha e o crack como droga ilícita, cabe à sociedade e as políticas públicas ajudar essas pessoas, que também são vítimas das mazelas sociais, incentivo ao uso do álcool, nos bolsões de pobreza, doenças sexualmente transmissíveis, diversidade de abordagem, apoio da família.

Contudo, o problema da drogadição segue sendo um problema social que afeta diretamente os jovens negros e também os adultos da periferia, homens e mulheres, sejam eles usuários ou não.

4. 8 PRÁTICA PEDAGÓGICA

Para atender às especificidades da modalidade de curso FIC do Programa Mulheres Mil, o quadro docente é formado por profissionais licenciados e não licenciados. Esses profissionais são pessoas que se dispuseram a ministrar aulas voluntariamente. Dos seis professores entrevistados, apenas um tem formação docente, graduada em Pedagogia, o que dificultou uma prática pedagógica profissional mais consequente sobre as questões que são pertinentes à sala de aula,

evidenciando um ensino nitidamente conteudista e tecnicista. Dialogando com Tardif (apud LEITE, 2007, p. 165) a autora considerou que:

[...] os professores serão reconhecidos como sujeitos do conhecimento quando lhes concedermos, dentro do sistema escolar e dos estabelecimentos, o status de verdadeiros atores, e não o de simples técnico ou de executores das reformas da educação concebidas com base numa lógica burocrática [...]

Como sujeitos de um processo social, os professores devem evitar ser meros reprodutores dos conteúdos já produzidos. Sendo assim, a prática docente significativa deve se caracterizar por um ensino crítico, no qual o estudante faça parte de todo o processo de ensino- aprendizagem e que todo o contexto social, ético e político do corpo discente seja debatido em sala de aula.

Nas lições do educador Paulo Freire consta a necessidade de que o professor promova reflexões para a conscientização dos aprendizes, que lhes possibilite entender os problemas pedagógicos que são intrínsecos à sala de aula, e assim compreender o conhecimento como produto social e histórico. (FREIRE apud LEITE, 2007, p. 165)

Entende-se que, para desenvolver uma prática pedagógica consciente uma condição indispensável é que os professores sejam licenciados, uma vez que esse tipo de graduação possibilita uma formação acadêmica consciente dos seus deveres, e direitos, como educador.

Na licenciatura, esse profissional aprende e desenvolve práticas pertinentes à área educacional. Dialogando com (LEITE, 2010, p. 165) sobre conscientização, ela esclarece que: “Conscientização não se restringe à simples tomada de consciência, mas ao desenvolvimento crítico da tomada de consciência que implica ultrapassar a esfera espontânea de apreensão da realidade”.

Assim, além da formação acadêmica adquirida em uma determinada licenciatura, o processo de conscientização é um atributo fundamental para uma prática pedagógica significativa consciente e política, levando em consideração as possíveis realidades instaladas na sala de aula, e as próprias contradições da sociedade.

Leite (2007, p. 165) destaca que: “A conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a “des-vela” para conhecê-la e para conhecer os mitos

que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante”. (FREIRE apud LEITE, 2007, p. 165).

A ampliação da possibilidade do professor saber lidar com as diversas realidades presentes na sala é conseguida na sua formação para o exercício da docência. Assim “Com esse olhar mais crítico, as situações de sala de aula serão visíveis e palpáveis, possibilitando ao professor desvelar o que está por trás da sua prática”. (LEITE, 2007, p. 165)

Ainda em se tratando da conscientização pedagógica docente, (LEITE 2007, p. 166) faz a seguinte afirmativa: “Para o indivíduo descobrir essa totalidade, demanda conscientização que permite a ele se apropriar criticamente da posição que ocupa com os demais seres do mundo. Esta apropriação crítica os impulsiona a serem sujeitos da transformação do mundo, com o qual se humanizam”.

No caso do corpo docente do Programa Mulheres Mil, ficou evidente nas entrevistas realizadas que o desejo pedagógico é encoberto por quem se vê incapaz, ou mesmo não se responsabiliza por oferecer diretrizes que reordenem comportamentos ou crie iniciativas para mudanças significativas. (SCHETTINI FILHO, 2011, p. 78)

Alguns dos entrevistados indicaram problemas pertinentes ao corpo docente, como renda, faixa etária, vulnerabilidade, dentre outros. Esses problemas foram objeto de debate e de reflexão ao longo da pesquisa aqui relatada, no entanto, cabe reconhecer, que não discutiram significativamente essas mazelas sociais. No diálogo mantido com Schettini Filho (2008, p. 78) ele oferece a seguinte reflexão:

A crítica sistemática, sem que venha acompanhada de um conteúdo formativo obrigatório em um contexto amoroso, não se assemelha ao desejo de ajuda, pelo contrário, tende a reforçar a combatida auto-estima, certamente já rebaixada e acentuar o sentimento de inaceitação quase sempre instalado.

Reitera-se, aqui, que a prática pedagógica docente voluntária deva ser um ato político e não um ato caridoso, simplesmente pelo fato da mera ajuda ao outro como é comprovado a partir das falas dos entrevistados abaixo:

Ajudar pessoas desprovidas de informação, a buscar e obter o conhecimento voltado à Informática. (Professor 01)

[...] Eu sempre gostei de ser voluntária em programas sociais [...]”. (Professora 02)

“[...] eu sempre quis trabalhar em uma atividade voluntária e poder passar meu conhecimento para outras pessoas [...]”. (Professora 06).

Os autores (GUIMARÃES; SOARES; CASAGRANDE, 2004, p. 6) apresentam o seguinte conceito de trabalho voluntário no Brasil:

No Brasil, o trabalho voluntário passou a ser regido pela Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que estabelece em seu artigo primeiro: Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.

Ainda sobre o trabalho voluntário, Klein (2004, p. 11) formulou que: Consequentemente, “[...] tais discursos constituem um currículo espontaneista, baseado na intuição, interesse e boa vontade, e em pressupostos: espontâneos, intuitivos, afetivos, interessados e com boa vontade de ajudar o outro. Por sua vez, Foucault (apud KLEIN, 2004, p. 3) descreveu que: Esses discursos, portanto, serão entendidos conforme como práticas capazes de construir formas de ser voluntário, de ser cidadão, [...].

Tais práticas não são dadas ao acaso ou de forma natural, mas construídas, historicamente, por diferentes discursos capazes. Mais uma vez Klein (2004, p. 06) expôs que: “O voluntariado pode ser um desses mecanismos dentro desse movimento interno que alguns países vêm realizando, como é o caso no Brasil, de descentralização, flexibilização e fortalecimento da sociedade civil”.

Em outra passagem esta mesma autora assinalou:

[...] passam a institucionalizar jeitos de ser voluntário e modos de agir solidários, de forma a que todos se engajem numa espécie de “causa” em prol da resolução dos problemas. Essa organização traz políticas direcionadas [...] à sua proposta pedagógica. Seu objetivo é promover a cultura e a prática do voluntariado almejando estabelecer, em cada cidadão, parte ativa na construção de um Brasil socialmente mais justo. (KLEIN, 2004, p. 6)

Nos seus estudos sobre o trabalho voluntário, Guimarães *et al* descreveu como ele surgiu e como foi regulamentado, do modo que segue:

Inicialmente era identificado somente como assistencialismo, filantropia ou caridade, com conotação essencialmente religiosa. Atualmente, esse tipo de trabalho filantrópico é reconhecido como “trabalho voluntário”, “serviço comunitário” e/ou ações de “responsabilidade social”, observando-se uma passagem temporal e histórica de prática filantrópica a um processo de profissionalização [...] (GUIMARÃES; SOARES; CASAGRANDE, 2004. p. 3)

Isso parece coincidir com aquilo que foi lido anteriormente na transcrição das entrevistas dos professores acerca de suas práticas docentes. (GUIMARÃES; SOARES; CASAGRANDE, 2004, p. 4), seguiu relatando que: “[...] o que caracteriza uma reformulação das suas bases conceituais, assentadas nos princípios morais e religiosos da caridade, fraternidade e do assistencialismo para uma proposta “investimento em ação social””.

Compreende-se, assim, como os impulsos e opções religiosas, fraternas e caridosas das pessoas lhes impulsionam a efetuar o trabalho voluntário em detrimento de um voluntariado político, social e consciente, que implicasse diretamente em uma prática docente satisfatória e substancial. É indispensável a construção de uma prática pedagógica que torne o indivíduo cidadão consciente dos seus atos políticos sociais. Sobre isso, Paulo Freire (2011, p. 161) destacou:

Esta é, sempre, a certeza dos autoritários, dos dogmáticos, de que sabem o que as classes populares sabem, de que sabem o de que elas precisam, mesmo sem falar com elas. Por outro lado, o que as classes populares já sabem, em função de sua prática na prática social, é de tal maneira “irrelevante”, “desarticulado”, que não faz sentido para autoritários e autoritárias. O que faz sentido para eles e para elas é o que vem de suas leituras, e o que escrevem em seus textos. É o que já sabem em torno do saber que lhes parece fundamental e indispensável e que, em forma de conteúdos, deve ser “depositado” na “consciência vazia” das classes populares.

Mais uma vez, as ideias de Freire (2011, p. 161) remetem para uma reflexão sobre a prática pedagógica, contribuindo para que os sujeitos modifiquem suas posições sociais e se tornem cidadãos emancipados, e conscientes dos seus

direitos e deveres. Em suma, é necessário que a prática docente seja consciente e significativa para o corpo discente.

5 RESULTADOS DA PESQUISA

A possibilidade de analisar e interpretar os resultados obtidos nas entrevistas com os professores que atuavam no Programa Mulheres Mil/2013 foi construída com o embasamento teórico oferecido pelos autores escolhidos na construção da pesquisa que está sendo relatada. Foi também levado em consideração o contexto social do corpo discente objeto do estudo, para fazer o contraponto e o diálogo com as ideias presentes no marco teórico.

As falas dos entrevistados demonstraram um caráter de trabalho caridoso, que parece excluir a prática docente política, consciente e significativa para o público atendido. Também ficou evidente que alguns desses profissionais buscaram o trabalho voluntário no programa em virtude de interesses próprios, particulares, o que sugere a ausência de interesse em realizar um trabalho com um matiz mais politizado e, portanto, mais comprometido ou implicado.

Dialogando com Klein (2004, p. 8) pode-se perceber a sua defesa de que “É dever do estado organizar e executar políticas sociais, no entanto o Estado e a iniciativa privada tem a cada dia mais passado essa responsabilidade para os cidadãos civis”. No entanto, nesta discussão dos resultados alcançados, deve ser destacado que compete também aos cidadãos, no caso dos entrevistados, educadores, fomentar a consciência política e a emancipação daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

A esse respeito, vale retornar a Klein (2004, p. 8-10) na sua argumentação de que:

O voluntariado está sendo entendido mais como um mecanismo neoliberal que almeja construir o cidadão moderno através dos espaços institucionalizados, do que uma alternativa de transformação social. Nesse sentido, será necessário entender que não estamos tratando somente de uma boa ação, que se apresenta para fazer o bem a quem precisa e, com isso, ajudar o Estado a transformar o contexto social.

Aqui, cabe deixar claro que o foco desse estudo não foi fundamentar-se nas práticas neoliberais em relação ao trabalho voluntário, mas nas falas dos professores, e nos teóricos com os quais a investigadora dialogou no decorrer da

pesquisa, ou seja, que a prática docente voluntária deve ser pensada e refletida como um exercício político e social.

A educação emancipadora, objeto de estudo do educador Paulo Freire (2011, p. 126) no seu estágio terreno, não vem sendo buscada, de acordo com as falas dos entrevistados. Freire deixou um legado no qual sustentava que não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens. Daí, que a educação emancipadora torna os indivíduos críticos e sabedores dos direitos e deveres. Segundo Freire (2011, p. 127):

É por isso que, do ponto de vista dos interesses das classes dominantes, quanto menos as dominadas sonharem o *sonho* de que falo e da forma confiante como falo, quanto menos exercitarem a aprendizagem política de comprometer-se com uma utopia, quanto mais se tomarem abertas aos discursos “pragmáticos, tanto melhor dormirão as classes dominantes.

Na dimensão empírica da pesquisa, as observações conseguiram desvendar que o corpo docente do Programa Mulheres Mil exerce um trabalho pedagógico importante para a elevação da autoestima das alunas e a sua inserção destas no mundo do trabalho. Entretanto, não foram observadas evidências claras de que estes professores abordou de maneira significativa, social e política, os problemas diretamente relacionados com o pertencimento das alunas à raça negra e ao gênero feminino.

Os questionamentos pertinentes à faixa etária, renda e escolaridade estão citados pelos professores, porém estas abordagens foram feitas superficialmente. Mesmo que não tenham vivenciado os problemas que envolvem assuntos pertinentes à raça e gênero, estes problemas encontram-se diretamente ligados à sala de aula do programa, uma vez que o público discente encontrava-se numa situação de vulnerabilidade social e sofrendo múltiplas exclusões sociais.

De acordo com os pensamentos dos autores mencionados neste trabalho, é preciso que o quadro de professores do Programa Mulheres Mil desenvolva um processo de conscientização da sua prática docente voluntária e, a partir das suas práticas pedagógicas, despertem o interesse dessas mulheres para que conheçam e

reconheçam o seu valor, seja ele de gênero, raça ou de classe social. Intentando que se aceitem como mulher negra empoderadas dos seus direitos sociais e políticos.

Segundo os indicadores sociais, a população negra no Brasil é aquela mais afetada pelas mazelas sociais, conforme informa o documento *Política nacional de promoção da igualdade racial*, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. (BRASIL, 2013):

Todos os indicadores sociais atestam que recaem sobre a parcela negra dos brasileiros inúmeras mazelas sociais e toda sorte de violência e violação de direitos. As desigualdades e discriminações de natureza racial são evidentes no cotidiano e comprovadas por variadas estatísticas. Cite-se como exemplo a renda dos brancos, que costuma ser o dobro da dos negros, relação esta que tem se mantido estável ao longo do tempo. Na educação, a despeito das melhorias globais verificadas nos últimos anos, a desigualdade persiste: isso se verifica tanto na taxa de analfabetismo, duas vezes maior na população negra, quanto na diferença de dois anos nas médias de anos de estudo, novamente em prejuízo dos negros. Contudo, a expressão mais dramática da extensão dessa desigualdade é, como nos indicam estudos do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, a incidência da pobreza na população negra: de cada dez pobres, seis são negros. Enquanto cerca de 22% dos brancos são considerados pobres, este percentual na população negra é mais do que o dobro (47%).

Advém daí a importância de se trabalhar com o tema racial, uma vez que as pessoas negras são os principais alvos dessa sociedade excludente e racista. Inicialmente, uma das barreiras a ser superada é a negação de identidade racial que se observou nos diálogos com as alunas e no preenchimento da ficha cadastral, conforme foi descrito anteriormente.

Os docentes informaram que levam em consideração a realidade das alunas, no entanto não foram observadas evidências de que eles exploram pedagogicamente o contexto delas de maneira política para lhes favorecer intervir, na realidade de forma qualificada.

É provável que, para evitar conflitos, algumas questões consideradas importantes são omitidas e passam despercebidas. Dialogando com Teodoro (2011, p. 5), a autora afirma que “[...] a prática deve ser vista e revista levando em consideração a relação professor- aluno, para que o processo de ensino-

aprendizagem torne crítico, político e significativo, valorizando a crítica criativa do saber”. Vasconcellos (2009, p. 96) traz que.

O que queremos é construir uma prática educativa transformadora, libertadora, onde todos possam se tornar mais humanos, livres, solidários, justos. Além de passar conteúdos para as alunas, é necessário aguçar o senso crítico dessas instigando cidadãos mais emancipadas e conscientes dos seus papéis sociais.

O pleito que se formula aqui é que a prática docente no Programa Mulheres Mil seja pensada e voltada para o corpo discente, sobretudo refletida no contexto social que está inerente à sala de aula. Nas falas dos docentes entrevistados, pode-se observar a perpetuação do sexismo e do racismo, uma vez que questões de gênero e raça não foram relatadas nas respostas.

O papel desempenhado pela mulher dentro do ambiente doméstico é uma característica da sociedade machista e patriarcal e, lamentavelmente, o Programa Mulheres Mil segue preservando-o, já que o docente do gênero masculino leciona disciplinas da área de tecnologia, enquanto as docentes do gênero feminino continuam ensinando as disciplinas pertinentes ao lar, como Práticas e Técnicas da Camareira, ou seja, a mulher continua sendo a cuidadora, a dona do lar.

Ao migrar do espaço privado para o espaço público, a mulher continua sendo discriminada e exercendo as mesmas funções. Esta destina-se ao mesmo lugar, desenvolvendo os mesmos trabalhos, pertinentes ao ambiente doméstico, local que, na concepção da sociedade machista, cabe à mulher. Para a Central Única dos Trabalhadores (CUT):

[...] pretende-se, assim, enfrentar as diferentes dimensões do problema da desigualdade entre homens e mulheres e as consequentes discriminações por gênero, direcionando a luta das mulheres a diferentes atores e colocando este debate no cotidiano [...] não somente no das mulheres. (SILVA, R., 2010, p. 8)

A discriminação da mulher, expressada e feita pelo discurso machista e encarnada em práticas concretas, é uma forma colonial de tratá-la, sendo incompatível, portanto, com qualquer posição considerada progressista, de mulheres ou de homens. Dessa forma, a luta para equidade de gênero é uma batalha

constante que deve ser enfrentada por todos os cidadãos independente do seu gênero. (FREIRE, 2011, p. 94)

Ainda de acordo com as falas dos professores, ficou evidenciado que eles não têm uma metodologia pedagógica definida, elaborada, mas que a elaboram de acordo com o perfil da turma, levando em consideração a sua realidade. Porém, impõe-se uma metodologia voltada para o conteúdo, para as técnicas das disciplinas com um caráter moralizante.

(Freire apud LEITE, 2007, p. 165) afirma que:

[...] a formação parte das condições em que se encontram a escola e os professores, refletindo sobre sua prática, escolhendo e decidindo qual ação poderá acionar a partir daí e se submetendo ou não a determinada imposição, são esses movimentos que nos tornam sujeitos [...].

A autora se reporta, ainda, sobre a prática pedagógica que:

Nesse sentido, não será pela imposição de uma concepção pedagógica ou de um receituário de atividades que ocorrerá a mudança na praticados professores, mas pela conscientização, colocando-se como sujeitos de suas ações pedagógicas, pois no processo de aprendizagem [...]. (LEITE, 2007, p. 166)

Em uma das falas, uma entrevistada relatou que trazia metodologias elaboradas para facilitar a aprendizagem das alunas, no entanto, um outro professor afirmou que ele vai se adaptando gradativamente ao tipo de alunas. Enfim, observa-se que a metodologia não tem sido pensada de uma forma que traga uma mudança social para as aulas, denotando-se, assim, que apenas o conteúdo é levado em consideração.

Um professor que “[...]” não estuda e ensina mal o que mal sabe, que não luta para que disponha de condições materiais indispensáveis à sua prática docente, se proíbe de concorrer para a formação da imprescindível disciplina intelectual dos estudantes. Se anula, pois, como professor. (FREIRE, 2011, p. 115)

O fato é que nos resultados das avaliações não constaram as mudanças ocorridas no processo de conscientização das alunas, sendo que as únicas referências para atestar o seu progresso ficaram restritas às modificações relacionadas à aprendizagem e ao seu comportamento em sala de aula.

As reflexões sobre a condição de mulheres, negras, pessoas que estão dentro de um determinado contexto discriminatório não foram exploradas. Vale resgatar os ensinamentos de Paulo Freire quando formulou: “Ensinar não é uma transferência mecânica de conteúdos que o professor faz ao aluno, passivo, obediente”. (FREIRE, 2011, p. 97)

Nas repostas obtidas com as entrevistas, não se observou uma consciência política satisfatória de educação emancipatória por parte dos professores e, conseqüentemente, por parte da gestão do programa. Supondo que se a gestão trabalhasse com esses temas, é razoável supor que talvez o corpo discente ou, pelo menos um professor, os incorporaria no seu cotidiano profissional.

Tudo isso parece transparecer uma prática docente no vazio, com ênfase apenas nos conteúdos e técnicas que, presumivelmente, não transforma sujeitos que almejem uma sociedade mais igualitária e não torna pessoas cidadãos conscientes das suas práticas sociais. Isso se configura como uma necessidade inadiável, pois as alunas do Programa Mulheres Mil informaram sofrer uma exclusão multifacetada e gritante. Freire (2011, p. 158) contribuiu com uma argumentação sobre a educação necessária para a emancipação dos estudantes com a seguinte reflexão:

Talvez nunca tenhamos tido em nossa história necessidade tão grande de ensinar, de estudar, de aprender mais do que hoje. De aprender a ler, a escrever, a contar. De estudar história, geografia. De compreender a situação ou as situações do país. O intelectualismo combatido é precisamente esse palavreado oco, vazio, sonoro, sem relação com a realidade circundante em que nascemos, crescemos e de que ainda hoje, em grande parte, nos nutrimos. Temos que nos resguardar deste tipo de intelectualismo [...].

Para uma prática pedagógica significativa não bastam o espontaneísmo e nem o paternalismo. É imprescindível que primeiro seja adotada uma postura política como educador, e que leve para a sala de aula as práticas pedagógicas que façam um diferencial de consciência social e política para as estudantes. Compreende-se que, com isso, a educação estará comprometida em formar cidadãos mais conscientes e emancipados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecidamente, o Programa Mulheres Mil executa um trabalho expressivo para o público que atende, pois os docentes relataram nas entrevistas a satisfação das alunas. No entanto, a sugestão vai no sentido de que as questões que envolvam gênero, raça e classe social devam ser mais debatidas.

Essas alunas passam por problemas diretamente ligados ao gênero, raça, classe social, faixa etária, escolaridade e drogadição, portanto precisam de atenção das esferas públicas e dos demais cidadãos para que eles sejam minimizados. Vale salientar que as ações públicas não devem ficar restritas ao público atendido pelo Programa Mulheres Mil, mas estender-se a todas as mulheres brasileiras que sofrem com o alijamento e exclusão sociais.

Cabe, então, apresentar algumas proposições que a pesquisa identificou como relevantes para o crescimento social e político de todas as mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O ensino profissional que o programa oferece é uma iniciativa importante para as mulheres que estão em busca de emprego, podendo galgar melhores condições de trabalho e de vida através da educação. A intervenção pedagógica na vida dessas mulheres tem muito a contribuir para que conquistem melhores condições de sobrevivência.

A formação profissional unida a uma pedagogia libertadora e emancipadora, poderá formar cidadãs mais conscientes e instruídas no programa. Dialogando com Kuenzer (2001, p. 36), onde a autora se deteve sobre educação e trabalho, é encontrado o que segue:

O trabalhador tradicional, que usava as mãos e a força para o trabalho, não serve mais para desempenhar suas atividades como cidadão-homem da pólis, sujeito e objeto de direitos e como trabalhador, a exercer suas funções em um processo produtivo em constante transformação; ele precisará apropriar-se do conhecimento produzido e adquirir novas competências que lhe permitam agir *prática e intelectualmente*.

Como se pode observar, no atual mundo do trabalho não mais cabem profissionais que não tenham conhecimento atualizado, educação formal. Para conquistar uma vaga de emprego é necessário que associem a prática ao conhecimento intelectual. Compete às instituições públicas de ensino abarcar todos

aqueles que estão fora e foram aliados do processo educacional. Ainda, segundo Kuenzer (2001, p. 38):

Como as funções essenciais do mundo da produção originam grupos sociais diferenciados com necessidades específicas, esses grupos criam para si uma camada de intelectuais que será responsável pela sua homogeneidade, consciência e função nos campos econômico, social e político. Formar esses intelectuais é função da escola, para que, para exercê-la, definirá seu *princípio educativo* a partir das demandas de cada grupo e das funções que lhe cabe desempenhar na divisão social e técnica do trabalho. Cabe ressaltar que o exercício dessas funções não se restringem às de caráter produtivo, mas abrangem todas as dimensões comportamentais, ideológicas e normativas que lhe são próprias, devendo a escola elaborar sua proposta a partir dessas exigências. (KUENZER, 2001, p. 32- 33)

Hoje, não basta ter somente o conhecimento profissional, os conhecimentos se cruzam e se produzem socialmente, como afirma Kuenzer (2001, p. 99).

[...] a contribuição do Prof. Dermeval Saviani foi um marco histórico, se fez através da retomada da concepção de que o conhecimento se produz socialmente através do conjunto das relações sociais e produtivas que os homens constroem historicamente para assegurar suas condições materiais de existência.

Cabe, também, a inserção da Economia Solidária como mais uma oportunidade para essas mulheres, já que esses estudos absorvem os temas ligados à raça, gênero e classe social. Para o fórum brasileiro de economia solidária, um dos princípios dessa é o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade.

De acordo com a Carta do fórum baiano (2011) de economia solidária encaminhada à equipe de transição do governo Wagner- governador do Estado da Bahia:

Além de uma alternativa de geração de trabalho e renda de uma nova forma de enxergar a reprodução da vida humana, a Economia Solidária também pode ser compreendida como uma forma de promover um processo sustentável de crescimento econômico local. De acordo com Paul Singer: *“Entendemos por desenvolvimento solidário um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção [...] que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma.*

A economia solidária é uma alternativa para que essas mulheres encontrem um emprego formal, uma nova possibilidade de renda em sua própria comunidade.

Entre os desafios [...], alguns dos mais importantes, entre outros, referem-se exatamente à integração, à formação de estruturas, à criação de espaços de formação política, de suportes financeiros, à injeção, à disseminação de tecnologias, a toda a questão legal. Eu acho que há também um trabalho muito grande a ser feito no sentido de se fazer do solidarismo uma alternativa para a economia popular e para as classes trabalhadoras ou, em todo caso, uma das alternativas. (GAIGER, 1999, p. 30)

A consciência política, e a educação emancipadora são princípios da economia solidária que valoriza o sujeito e a atividade por ele exercida. Ainda falando da economia solidária, outra alternativa trazida pela pesquisa são as Redes, que se constituem numa alternativa prática de organização do trabalho, podendo contribuir com os processos das demandas de flexibilidades, conectividade e descentralização, gerando trabalho e renda. Para Mance (2002, p. 23):

[...] a organização de redes de colaboração solidária locais, regionais e mundial, constitui-se em uma viável alternativa pós-capitalista à globalização em curso, promovendo-se o crescimento econômico (ecológica e socialmente sustentável) e a expansão das liberdades públicas e privadas, eticamente e referenciadas.

Mance (2002, p. 23) salientou também que a colaboração solidária é uma alternativa antagônica ao neoliberalismo e ao capitalismo, como segue abaixo:

[...] a *colaboração solidária* pode constituir-se em uma estratégia adequada à organização de sociedades pós-capitalistas, através da implantação de redes que conectam unidades de produção (entendidas como empreendimentos de produção, comércio e serviço e unidades de produção, comércio e serviço) e unidades de consumo, em um movimento recíproco de realimentação, permitindo a geração de postos de trabalho e o incremento da renda dos participantes, o fortalecimento da economia e do poder locais, bem como uma autônoma transformação cultural das sociedades em que implanta, com a afirmação de uma ética e de uma visão de mundo solidárias, antagônicas não apenas ao neoliberalismo, mas ao próprio capitalismo.

No âmbito das organizações, ONGs e associações de fortalecimento para as mulheres negras, tem-se como exemplo o CEAO- Centro de Estudos Afro Orientais órgão vinculado à Universidade Federal da Bahia, nele existem um programa cujo o programa CEAFO- Centro de Educação para Igualdade Racial e de Gênero

(CEAFRO), que trabalha com educação, gênero e raça, atendendo os níveis de ensino básico e superior e desenvolvendo projetos para fomentar políticas para as mulheres, a juventude negra e as comunidades quilombolas, através de projetos que valorizem a raça negra e equidade racial.

Há, também, a Criola, organização de mulheres negras que trabalha com o enfrentamento do racismo, o sexismo e qualquer tipo de preconceito. Tudo isso, com o objetivo de fortalecer uma articulação de organizações de mulheres negras brasileiras em defesa de uma sociedade equânime. Nesses ambientes são trabalhados a equidade de gênero e a valorização da identidade racial.

Histórica e equivocadamente, ao negro é atribuído tudo de ruim, cabendo à escola, ao estado e suas políticas públicas, a todos os cidadãos e à sociedade desmitificar essa ideia racista, preconceituosa que o negro é marginal, que o simples fato do indivíduo ter a pele preta o marginaliza.

Uma vez que o rótulo racial é aplicado à pessoa, ideias sobre que ela se refere, ideias que podem ser muito menos consensual do que as aplicações do rótulo tem seus efeitos sociais. Mas eles não tem só efeitos sociais, mas também psicológicos; e eles moldam a maneira como as pessoas concebem a si mesmas e seus projetos. Em particular, os rótulos podem operar para moldar o que eu quero chamar de “identificação”: o processo através do qual um indivíduo intencionalmente constrói seus projetos – incluindo seus planos para sua própria vida e sua concepção de bom – pela referência aos rótulos disponíveis, identidades disponíveis. (APPIAH, 2010, p. 130)

Inequivocamente, as mulheres e homens negros são seres humanos, como qualquer outra raça. A ciência já comprovou que nenhuma raça é inferior a outra seja fisiologicamente, geneticamente e intelectualmente. A mulher negra é linda, os traços negroides são lindos e seria muito bom que fossem assumidos por todos nós negros e negras e respeitados pela sociedade.

Em se tratando da violência doméstica, deve ser destacada a importância das DEAMs bem como a promulgação da Lei Maria da Penha que prevê punições para os agressores e protege a mulher contra a violência doméstica e familiar sob a Lei nº 11.340/2006:

Para a superintendente municipal de Políticas para as Mulheres, Mônica Kalile, o conhecimento da lei faz com que as mulheres progressivamente refinem sua auto-consciência. “Acabou essa ideia de ‘ruim com eles, pior sem eles (homens)’. Hoje a mulher discute, sabe que não precisa mais ser oprimida, não tem mais medo, não

precisa aceitar a agressão por conta de falta de autonomia financeira. (BRASIL, 2006)

A Lei Maria da Penha traz que:

Além da preocupação com a prevenção da violência e proteção das vítimas, o Estado também tem a responsabilidade de ajudar na reconstrução da vida das mulheres. Para isso, prevê a assistência de forma articulada entre as áreas de assistência social, com inclusão da mulher no cadastro de programas assistenciais dos governos federal, estadual e municipal; atendimento especializado na saúde, com objetivo de preservar a integridade física e psicológica da vítima; além de assegurar a manutenção do vínculo trabalhista, caso seja necessário o afastamento do local de trabalho. (BRASIL, 2012, p. 11)

Para o combate à violência doméstica que existe, e foi relatada por duas professoras nas entrevistas. Ela está presente não apenas nos lares das alunas do programa. É importante que todas as mulheres conheçam a lei Maria da Penha para tomar conhecimento da sua importância na coerção da violência que sofrem, e passem a não aceitar as agressões físicas e verbais, denunciando os seus agressores. É elucidativa a passagem encontrada em Paulo Freire:

Uma das tarefas da educação [...] ontem como hoje, é procurar, por meio da compreensão crítica de como se dão os conflitos sociais, ajudar o processo no qual a fraqueza dos oprimidos se vai tornando força capaz de transformar a força dos opressores em fraqueza. Esta é uma esperança que nos move. (FREIRE, 2011, p. 174)

Termina-se, assim, o relato da pesquisa, onde se pretende deixar registrada a esperança pela construção de uma sociedade mais fraterna e igualitária. Isso pressupõe, entre outras coisas, a formação de indivíduos conscientes dos atos e atitudes sociais na sociedade.

Para isso é necessário que, os docentes assumam, de fato, uma prática pedagógica consciente e emancipadora como o saudoso educador Paulo Freire tanto ensinou, levando para a sala de aula uma educação que compreendendo as diferenças, promova o debate comprometido, sobre a realidade do corpo discente, instigando os seus membros para que se tornem mais conscientes do seu valor humano e social.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; CAMARANO, Ana Amélia. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Brasília, DF: IPEA, 1999. (Texto para discussão nº 621) Disponível em: <<http://www.opp.ufc.br/nuder15.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

ALMEIDA, Maria Cristina Salomão. **Elaboração e gestão de projetos sociais**. Rio de Janeiro: [s.n], [2004?]. Disponível em: <http://www.fibrj.com.br/projetos_sociais.htm>. Acesso em 20 ago. 2013

ALVES, Jaime Amparo. **Jovens e adultos da periferia**: a fronteira entre as drogas e o ingresso nas universidades. notas sobre a experiência urbana dos jovens negros: as drogas, as prisões e a morte. [S. l]: EDUCAFRO, 2012. Disponível em: <http://www.educapro.org.br/site/cariboost_files/Jovens_adultos_periferia.pdf>. Acesso em: 10 out. 2013.

APPIAH, Kwame Anthony. Identidade racial e identificação racial. **Revista de Filosofia Griot**, Amargosa, BA., v. 2, n. 2, dez. 2010. Texto traduzido por Gizele dos Santos Belmon. Disponível em: <www.ufrb.edu.br/griot/>. Acesso em: 9 nov. 2013.

ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira. Saga nordestina: identidade (s) cultura (l) e exclusão social. In: NASCIMENTO, Antônio Dias; Hetkowski, Tânia Maria (Org.). **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 43-74.

BAHIA. Governo. **Inserção da mulher no mercado de trabalho da região metropolitana de Salvador**. (Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS)). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013pedmulherssa.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados: igualdade de oportunidades: uma campanha fundamental. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 2º semestre 1995.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. Educação-não formal e preparação para o trabalho. In: SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de; SILVA, Eurides Brito da (Coord.). **Educação: escola- trabalho**. São Paulo: Pioneira, 1984. p. 259-274.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto regulamenta profissão de cuidador de idoso**. [2012] Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias436008.html>>. Acesso em: 21 dez. 2013

BRASIL. **Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm>. Acesso em: 25 jan. 2014

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/brasilsemisera/legislacao-2/legislacao/arquivos/portaria-mulheres-mil-n-1015.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Trabalhador doméstico.** Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/trab_domestico/>. Acesso em: 9 out. 2013.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Política nacional de promoção da igualdade racial.** Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/publicacoes/pnpir.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2013.

BRASIL. Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. **Lei Maria da Penha:** lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.mulheresdireitos.org.br/publicacoes/LMP_web.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.

CABRAL, Benedita E. Lima. Mulher e velhice. In: MOTTA, Alda Brito da; AZEVEDO, Eulália Lima; GOMES, Márcia Queiroz de Carvalho (Org.). **Reparando a falta:** dinâmica de gênero em perspectiva geracional. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher, 2005. p. 53-61. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/reparando.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2013.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, **Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e Masculinização no Brasil:** panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para discussão, n. 621). Disponível em: <<http://www.opp.ufc.br/nuder15.pdf>>. Acesso em 20 out. 2013.

CARDOSO, Cláudia Póns. História das mulheres negras e pensamento feminista negro: algumas reflexões. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8, 2008, Florianópolis. **Corpo, violência e poder.** Florianópolis: UFSC, 2008: Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Claudia_Pons_Cardoso_69.pdf>. Acesso em> 27 jan. 2014.

CARTA do fórum baiano de economia solidária à equipe de transição do governo Wagner. [2011].

CASAGRANDE, Maria Denise Henrique; GUIMARÃES, Valesca Nahas; SOARES, Sandro Vieira. Trabalho docente voluntário em uma universidade federal: nova modalidade de trabalho precarizado? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 03, p. 77-10, set. 2012.

CRIOLA. Organização de Mulheres Negras. **Enfrentamento do racismo, do sexismo, e de todas as formas de intolerâncias, e atuando no controle social de políticas públicas:** ponte de cultura mulheres negras na história. [blog]. [Rio de Janeiro], 2012. Disponível em: <<http://criolaong.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 5 jan. de 2014.

DEAM registra 600 ocorrências por mês em Salvador. **A Tarde**, Salvador, 18 ago. 2013. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/materias/1526846-deam-registra-600-ocorrencias-por-mes-em-salvador>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

ÊXODO rural: o que é êxodo rural, causas, problemas, êxodo rural durante a história, saída do campo para as grandes cidades, industrialização, migração interna. [2011?]. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/geografia/exodo_rural.htm>. Acesso em 06 de janeiro de 2013.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; PENNA, Nelba de Azevedo; VASCONCELLOS, Ana Maria Nogales. **Violência urbana**: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GAIGER, Luís Inácio. **Sentido e possibilidades da economia solidária hoje**. Agosto de 1999.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GRIEBLER, Gustavo. **Pierre Lévy**: as novas tecnologias e a virtualização do mundo humano. Disponível em: <://sites.setrem.com.br/stin/2012/anais/Griebler.pdf>. Acesso 13 out 2013.

GUIMARÃES, Valesca Nahas; SOARES, Sandro Vieira. Trabalho docente voluntário em uma universidade federal: nova modalidade de trabalho precarizado? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 77-101, set. 2012.

HOOKS, Bell. **Alisando o nosso cabelo**. 2005. Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y Artista de Cuba. Tradução do espanhol de Lia Maria dos Santos.

KLEIN, Rejane Ramos. Escola solidária: os discursos do voluntariado e sua relação com a educação. **Linhas**, Florianópolis, v. 5, n. 2, 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1223/1036>> Acesso em: 28 jan. 2012.

KUENZER, Acacia. **Ensino médio e profissional**: as políticas do Estado neoliberal. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Questões da Nossa Época; v. 63).

LEITE, Vânia Finholdt Ângelo. Conscientização: uma das estratégias na formação continuada. In: NASCIMENTO, Antônio Dias; Hetkowski, Tânia Maria (Org.). **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 163-177.

LOVATTI, Regina. **Matriz curricular do Programa Mulheres Mil**. Salvador, 2013.

_____. **Relatório do Programa Mulheres Mil**. Salvador: 2008.

_____._____. Salvador: 2009.

_____._____. Salvador: 2010.

_____._____. Salvador: 2011.

_____._____. Salvador: 2012.

MANCE, Euclides André. **Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Maria Olívia de Matos. Políticas públicas e educação de jovens e adultos. In: NASCIMENTO, Antônio Dias; Hetkowski, Tânia Maria (Org.). **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 241-256.

ROCHA, Nívea M. Fraga; BARRETO, Maribel Oliveira. Metodologias qualitativas de pesquisa. In: ROCHA, Nívea M. Fraga; LEAL, Raimundo Santos; BOAVENTURA, Edivaldo Machado (Org.). **Metodologias qualitativas de Pesquisa**. Salvador: Fast Design, 2008.

ROSA, Stela Márcia Moreira; MORESC, Márcia (Org.). **Guia metodológico do sistema de acesso permanência e êxito**. [2012?]

ROSEMBERG, Flúvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. **Estudos feministas**, Florianópolis, ano 9, p. 515-540. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8638.pdf>>. Acesso em 23 ago. 2013.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. Superintendência de Políticas para as Mulheres. **Baianas veem avanços e gargalos após 7 anos de Lei Maria da Penha**. Salvador, [2008?]. Todas as notícias: Disponível em:<http://www.spm.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=611&Itemid=105>. Acesso em: 30 dez. 2013.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. Superintendência de Políticas para as Mulheres. **Feira da SPM leva serviços para as mulheres de cajazeiras**. Salvador, 2013. Disponível em:<http://www.spm.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=609&Itemid=105>. Acesso em 30 de nov. de 2013.

SANTOS, Mirian Lúcia. Mulheres negras vítimas de violência doméstica conjugal. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., Salvador, 2011. **Anais...** [Salvador]: UFBA, 2011. Disponível em:<http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307724766_ARQUIVO_MULHERESNEGRASVITIMAS.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2014.

SILVA, Ana Célia. Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade. In: NASCIMENTO, Antônio Dias; HETKOWSKI, Tânia Maria (Org.). **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SILVA, Eroy Aparecida. **Álcool e outras drogas: intervenções clínicas: o uso, abuso e dependência de drogas.** São Paulo, 2012. Disponível em:<<http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/livro-alcool-drogas/crpsp-alcool-e-outras-drogas.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

SILVA, Rosane. **Igualdade de remuneração entre homens e mulheres: experiências e desafios.** São Paulo: [s.n.], 2010. CUT.

SCHETTINI FILHO, Luiz. **Pedagogia da ternura.** 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes., 2011.

TEODORO, M. Nilce. **Metodologia de ensino: uma contribuição pedagógica para o processo de aprendizagem da diferenciação.** 2011. Disponível em:<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2234-8.pdf> >. Acesso em: 20 out. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Centro de Estudos Afro-Orientais. CEAFFRO. **Educação para igualdade racial e de gênero.** Disponível em:<<http://www.ceafro.ufba.br/web/index.php/projetos> >. Acesso em: 6 jan. 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Edital nº 32/2013:** Programa de bolsas de extensão 2013. Disponível em:<http://sigproj1.mec.gov.br/edital_blank.php?id=727>. Acesso em 25 de set. de 2013.

VALOIS, Luislinda. **Dia da Mulher Negra.** Palestra apresentada na Quinta Temática Especial, promovida pela Centro de Referência Loreta Valadares em homenagem ao dia Municipal da Mulher Negra. Disponível em:<http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=41935%3A-sp-1739710271&catid=58&Itemid=177>. Acesso em 25 de out 2013

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** 11. ed. São Paulo: Libertad, 2009.

VITAL, Louise Correia. **Diferença e igualdade nas relações de gênero: Revisitando o debate.** Disponível em:< <http://estereotipos.net/2013/03/26/resenha-diferenca-e-igualdade-nas-relacoes-de-genero-revisitando-o-debate/>>. Acesso em 20 nov. 2013

APENDICÊS

APÊNDICE A - Termo de Consentimento



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA FACULDADE DE EDUCAÇÃO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Termo de Consentimento

Prezado Professor(a) do Programa Mulheres Mil,

Tendo como propósito a realização de uma Pesquisa Monográfica que tem como Objetivo Geral: **“Analisar a prática docente diante da realidade do público atendido pelo programa Mulheres Mil- ano 2013, que está inserido em um contexto de vulnerabilidade social envolvendo questões de gênero, raça, classe social, escolaridade e faixa etária”**, visando à conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, solicitamos a sua colaboração no preenchimento deste roteiro, ressaltando que a identidade daqueles (as) que aceitarem participar desta Pesquisa não será divulgada. Todo áudio fornecido na entrevista será transcrito. O Colegiado do referido Curso está ciente da realização da referida Pesquisa.

Antecipamos-lhes nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

Discente: Marília Gabriela Ribeiro
Professor Orientador: Eduardo Oliveira

Assinatura

APÊNDICE B- Roteiro de Entrevista**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA****DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:**

01. Sexo: Masculino/ Feminino
02. Idade:
03. Formação:
04. Curso em que atuou como professor (a) no programa:
05. Disciplina (s) Ministrada (s):

DADOS ESPECÍFICOS DO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

06. O que lhe motivou a ser voluntário do Programa Mulheres Mil:
07. Você já passou por alguma situação entre ou com as alunas que envolvessem questões sociais, como raça, faixa etária, renda e ou escolaridade?
08. Durante as suas aulas você leva em consideração a realidade das alunas?
Sim () Não ()
Justificativa:

09. Para você qual é a importância de ministrar aula para um público que sofre total processo de exclusão social devido a sua condição de renda, gênero, raça e faixa etária?
10. Você utiliza alguma metodologia pedagógica levando em consideração a realidade do corpo discente para ministrar aulas no programa? Qual?
11. Caso utilize alguma metodologia de que maneira ela é colocada em prática?
12. A partir da metodologia utilizada, você consegue enxergar algum resultado nas alunas?
13. O que significa para você enquanto docente ministrar aulas para o público do programa Mulheres Mil?

Salvador- Ba, ____ de _____ 2013

ANEXO A- Ficha Cadastral do IFBA



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
2014
Janeiro - Janeiro

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA
Criado pela Lei Federal 11.892, de 29 de dezembro de 2008
Rua Emídio dos Santos, s/n Barbalho, Salvador - Bahia - Brasil

FICHA CADASTRAL

NOME COMPLETO _____
 SEXO: () MASCULINO () FEMININO (Letra de forma)
 DATA DE NASCIMENTO: _____ CIDADE DE NASCIMENTO: _____ ESTADO: _____
 NACIONALIDADE: _____ ESTADO CIVIL: _____
 E-MAIL: _____ Nº DO RG: _____ ÓRGÃO EXPEDIDOR: _____
 DATA DE EXPEDIÇÃO _____ Nº do CPF _____
 PAI: _____ (Letra de forma)
 MÃE: _____ (Letra de forma)
 ENDEREÇO: _____
 CEP: _____ BAIRRO: _____ CIDADE: _____
 Nº DO SMART CARD (Se possuir) _____ TELEFONE: _____
 CURSO: _____ TURNO: _____

QUESTIONÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO

Marque com um X:

Renda Familiar (base salário mínimo):
 Menor que 1 () entre 1 e 2 () entre 2 e 3 () entre 3 e 5 () entre 5 e 10 () entre 10 e 20 () acima de 20 ()

Você se considera: () amarelo () branco () indígena () pardo () negro () outros

Possui alguma deficiência física? () sim () não Qual? _____

Preencher somente se for aluno ou ex-aluno do IFBA

Se aluno, informar:

Curso: _____ Série/período: _____

Se ex-aluno, informar conforme o caso:

Curso e ano de conclusão: _____

Curso e ano de abandono: _____

Curso e ano de transferência p/ outra Instituição: _____

Data: ____/____/____

Assinatura: _____